João Bernardo

DIALÉCTICA DA PRÁTICA E DA IDEOLOGIA

Edições Afrontamento

*Este livro constitui uma das etapas — não será certamente a derradeira — na formulação de um modelo com que comecei a ocupar-me desde pelo menos 1970, quando preparava o artigo «Metodologia Geográfica e Crítica da Geografia Ideológica», que seria publicado bastante mais tarde (*Revista Trimestral de Histórias e Ideias, *1978, n° 1). Esboçava então um sistema de causalidade ao mesmo tempo determinista e insusceptível de previsão detalhada, pretendendo explicar como é possível que algo mude e tudo fique na mesma; para além de vários desenvolvimentos de detalhe, nos seus termos gerais mantive-o até hoje. Pelo contrário, as problemáticas da naturalização ideológica e da relação entre ideologias gerais e particulares, com que igualmente me ocupava naquele artigo, foram alguns anos depois objecto de um tratamento profundamente diferente, ao longo dos volumes de* Marx Crítico de Marx *(Porto: Afrontamento, 1977). Nesse livro reduzi a prática ao concreto individual, negando absolutamente a existência de qualquer prática concreta colectiva. Como afirmava que as práticas individuais não ocorriam directamente sobre a natureza, mas processavam-se sobre instituições sociais, podia estabelecer que práticas que apresentavam algumas características comuns se processavam em instituições comuns, de modo que cada prática partilhava com outras uma dada instituição e com outras ainda instituições diferentes.*

eficácia prática, atribuindo imediatamente à prática social um carácter de sujeito próprio.

Olhando para trás, que preocupação fundamental une as sucessivas formulações deste modelo? Tal como tenho pretendido participar numa luta anti-capitalista em que se expanda a autonomia dos trabalhadores sem que, ao mesmo tempo, se procurem reviver formas de isolamento e de particularização social pré-capitalistas, também a nível ideológico tenho, ao longo dos anos, tentado desenvolver uma filosofia da praxis que simultaneamente seja um radical anti-humanismo.

Precisamente porque nego ao indivíduo uma existência prática, que o torne o elemento componente das instituições e a elas imprima portanto a inércia de que são dotadas as gerações biológicas, posso neste modelo conceber a precaridade de situações sociais aparentemente duradouras. Não há qualquer continuidade de práticas individuais que constitua como que um lastro social. E liberta-se assim a concepção das instituições de um peso que tanto tem prejudicado a compreensão das mudanças. A linguagem corrente subalterniza as rupturas e a heterogeneidade, consideradas apenas como aspectos episódicos de fenómenos cuja realidade se definiria em termos de estabilidade e coesão; só depois de caracterizada essa pretensa realidade poderiam as mudanças ser entendidas. O meu objectivo neste modelo é exactamente o contrário. Perceber o substancial por detrás da aparência é compreender as profundas e insanáveis cisões que se rasgam sob a epiderme do tecido social. É aí, nos pólos de inconciliáveis antagonismos, que as instituições centram a realidade da sua existência. É a ruptura que esclarece a conciliação e, por isso, não é a duração da estabilidade que mede os ritmos temporais decisivos, mas os breves conflitos. Em menos tempo do que demorou a jarra a entornar-se Maomé subiu ao paraíso e dele regressou. Do mesmo modo o tempo superlativamente concentrado das convulsões sociais prevalece sobre a rarefeita densidade tempo-

ral das situações tidas por normais. Portanto as transformações institucionais podem ser bruscas e completas. Afinal, só os mortos teriam o privilégio da lucidez — se não fosse tarde demais. Nós, que vivemos, podemos dar-nos conta de que o presente não existe, a não ser como outro nome para a ignorância do futuro. Só depois, sempre depois, virá a possibilidade de avaliar a adequação das ideias de cada um à dinâmica histórica. Pensar no presente é, inelutavelmente, apostar. Mas não confirmará isto mesmo que a continuidade social é ilusória e que perante o único tempo que conta, o tempo que há-de vir, não é a inércia do passado que domina, mas o enigma das rupturas?

O modelo que a seguir apresento não tem origem em deduções prosseguidas ao mero nível da abstracção. O caminho da sua elaboração foi muito diferente: resulta de formalizações a partir de estudos empíricos e da participação prática. Não procedo neste livro a qualquer demonstração; são as análises particulares que aqui procuram a coerência e este modelo nelas procura a aplicabilidade. Nos limites deste modelo a sua consistência é a única possível demonstração. Explicar não é descobrir uma causa última, mas inter-relacionar os fenómenos num sistema hierarquizado. Todo o pensamento sistemático que se pretenda não-especulativo não pode ser senão um corpo de definições consistente. E é precisamente como um encadeado de definições, aspirando à operacionalidade, que este livro deve ser entendido. Muitas das palavras usadas não o serão na acepção porventura corrente, mas naquela que for estabelecendo ao longo do texto. Talvez isso dificulte a leitura, pois terá de se remeter sempre para o sentido definido; mas talvez a facilite também, já que não se requer o conhecimento de uma nomenclatura exterior ao texto.

Por ser um sistema de definições está este livro redigido de uma forma exclusivamente sintética. Corro assim o risco de não dar o relevo da prolixidade a teses que podem ser expressas

num número reduzido de palavras. Mas com a vantagem, por outro lado, de deixar ao leitor a indicação clara de que não escrevi mais do que escrevo porque não consegui escrever menos.

Agradeço a Lúcia Bruno as críticas e sugestões que formulou depois da leitura de uma versão anterior deste livro. Esta autora publicou posteriormente um artigo onde desenvolve alguns aspectos do modelo que aqui apresento: «Acerca do Indivíduo, da Prática e da Consciência da Prática», Educação e Sociedade *(São Paulo), X, 33, 1989, pp. 7-26.*

«Am I the object
which I see?
Am I the eyes
that look at me?

«By what geometry
must we construct
the physical world
now that Euclid's gone
and Newton dead?»

VICTOR PASMORE

1. Estruturo a totalidade em três grandes esferas: a da **natureza**, a das **instituições** e a da **ideologia**.

A especificidade de cada esfera resulta da sua organização num corpo de leis que são distintas e que se articulam num sistema distinto dos das outras esferas.

2. Defino a natureza por exclusão: **Natureza é todo o existente que não se reproduz numa existência exterior a si.**

Os componentes da natureza inter-relacionam-se directamente; cada um é imediatamente definível na sua relação com os restantes e essa relação não é mediatizada pela criação de meios exteriores. Nos casos em que um componente natural cria um meio próprio, esse meio não se lhe torna exterior. Nem o componente pode então existir sem aquele meio, nem o meio sem o componente que o criou. O meio é incorporado na natureza do seu criador, passando a integrá-la.

(Exemplos: As abelhas constroem e usam colmeias, e os pássaros, ninhos, que não se exteriorizam. Nem os ninhos nem as colmeias são produzidos por uns animais, ou grupos de animais, para outros; não podem fundamentar formas de existência que, embora distintas das dos seus criadores, os usem enquanto ninhos ou colmeias. O movimento acelerado de cargas eléctricas altera o campo eléctrico e, portanto, cria um campo magnético, que não tem existência própria sem tal

movimento; nem este pode ocorrer sem criar o campo magnético. E este campo magnético alterado cria por sua vez um campo eléctrico e assim sucessivamente. Se o movimento inicial deixar de ocorrer as ondas electromagnéticas continuam a propagar-se, dentro dos limites do decréscimo de força e de intensidade, porque cada campo não se exterioriza em relação ao imediatamente anterior.)

3. **Os elementos daquela realidade não-natural à qual chamo realidade social existem sobre meios exteriores, por eles criados no processo de entrada em relação, e que mantêm essa exterioridade; a entrada em relação de dados elementos sociais é sinónimo de criação de meios exteriores a esses elementos sociais.** Se a existência social se reproduz num existente exterior a si, aqueles meios, mantendo-se como exteriores, definem-se como elementos da realidade social; por isso produzem, ao entrarem em relações, outros meios, que mantêm a sua exterioridade. **Aos meios exteriores chamo instituições. Não há realidade social senão institucionalizada.**

As instituições são o elemento definidor da realidade social. A realidade social é um processo permanente de criação de instituições.

4. Para a esfera das instituições, a natureza define-se por exclusão e por contradição: A definição de natureza é uma re-afirmação negativa da esfera das instituições que, por aí, proclama a sua especificidade.

Tanto na inter-relação de instituições, como na relação de instituições com a natureza, as instituições produzem novas instituições. Mas **enquanto a inter-relação de elementos institucionais é inter-relação de sujeitos, cada um produzindo a sua própria veiculação institucional dessa inter-relação, na relação da esfera das instituições com a esfera natural a esfera das instituições constitui o sujeito e a esfera natural constitui o**

objecto. Esta relação é uma criação de instituições por parte de uma criadora de instituições (sujeito) relativamente a uma não-criadora de instituições (objecto).

Para cada instituição só aparece aquilo com que ela se relaciona. Para a esfera das instituições a natureza só existe na medida em que for objecto de relação e da esfera natural aparecem para a esfera institucional apenas aqueles elementos com que esta se relaciona. Um elemento da natureza define-se enquanto elemento por ser objecto de uma entrada em relação específica por parte da esfera das instituições.

5. A prática é a inter-relação sujeito-sujeito (entre elementos institucionais) e a relação sujeito-objecto (da esfera das instituições com a da natureza). Por isso defino a prática como a produção de instituições, o que permite uma nova definição da esfera das instituições como o campo de realização das práticas. Uma instituição é uma instituição em relação; a relação é a produção de instituições; e a relação é a prática. Assim, não há prática não-institucionalizada. Os produtos de uma prática, enquanto instituições, exteriorizam-se sempre relativamente a essa prática; e, sendo instituições, são sujeitos de inter-relação e de relação, reproduzindo-se por isso como novas práticas. A prática objectiva-se no seu objecto prático e, ao mesmo tempo, este realiza-se como sujeito; por isso na relação prática, embora não exista exogeneidade, existe exterioridade.

A prática é a produção de novas práticas, que lhe permanecem exteriores e simultaneamente lhe são endógenas. É neste sentido que a prática é a objectivação da prática.

6. Se a existência de cada instituição é um processo de relação, a contradição é o princípio geral de uma teoria da esfera das instituições. Existindo apenas enquanto relação, uma prática por é sempre uma prática contra; uma prática pratica-se a si contra as outras. A existência substantiva é uma

função da existência relacional; só porque se projecta contra as outras pode uma instituição definir-se a si própria, perante si e perante as outras. A afirmação de uma prática como sendo essa prática só tem sentido perante a afirmação de outra prática como sendo outra. É nesta contradição que cada uma se define.

A posição (existência substantiva) de uma prática é a sua condição. E a sua existência em contradição é o seu fundamento.

7. A institucionalização das práticas desenvolve-se em dois sentidos indissociáveis: cada instituição permanentemente afirma a sua especificidade enquanto contrária às restantes práticas; e afirma-se a ela própria enquanto condição para prosseguir a sua negação das restantes. Ao desenvolver contra as outras a prática da sua especificidade, cada prática cria uma estrutura, em expansão e transformação permanentes, de práticas secundárias que a especificam; assegurada assim a sua especificidade, que as leva a existir como elas e não outras, as práticas decorrem de uma prática primária, que as condiciona enquanto elas próprias, oferecendo-lhes o modelo do seu prosseguimento.

Defino prática primária como aquela que se informa a si própria e às práticas secundárias que dela decorrem. Como a existência por é uma existência contra, cada prática primária assegura não só a posição, mas a especificidade dessa posição, entrando em contradição com a(s) restante(s) prática(s) primária(s); nenhuma instituição isola a afirmação de si própria da negação das outras; o que neste princípio geral caracteriza a prática primária é que, da negação da(s) outra(s) prática(s) primária(s) que a defronta(m), resulta o modelo que preside a todas as práticas que se integram nesse mesmo lado da contradição. Na sua negação recíproca cada prática primária modela-se a si mesma e às práticas secundárias que dela decorrem; esse modelo é a condição dessas práticas, é a sua existência

enquanto elas próprias. Mediante a prática primária as práticas assumem uma existência substantiva.

Às instituições de cada prática primária chamo classe social.

(Consoante as épocas e, hoje, consoante as formas de desenvolvimento do capitalismo, as classes sociais são: os trabalhadores, a burguesia, os gestores; ou apenas os trabalhadores e os gestores.)

8. Se a prática é a produção de práticas contra, o fundamento de uma prática é a sua existência em contradição. Quanto mais uma prática se desenvolve em novas práticas contraditórias, tanto mais precisa é a sua definição de si própria. Se a definição de uma prática enquanto ela própria, como prática primária, é também uma prática de negação, esse carácter de contraditoriedade exige a produção permanente de práticas cujo objectivo único é o de uma especificação crescente.

Defino práticas secundárias como aquelas que visam a especificação de uma prática primária. A prática secundária é secundária porque se integra no modelo consubstanciado na prática primária; mas sendo toda a prática uma prática de negação, a sua existência implica a definição da sua especificidade enquanto aquela prática, contra as restantes; cada prática desenvolve incessantemente a sua especificidade, não havendo por isso limites quantitativos para o desenvolvimento de práticas secundárias. Cada instituição de prática secundária expande-se noutras instituições de práticas secundárias, que têm por função imediata reforçar a sua especificidade e por função mediata reforçar a especificidade da prática primária.

Às instituições das práticas secundárias chamo grupos sociais.

(Exemplos: Uma taberna ou um clube recreativo num bairro popular são grupos sociais especificadores da classe social dos

trabalhadores. A reunião em torno de uma mesa de jogo, nessa taberna, é um grupo social especificador do grupo social constituído pela taberna. Um clube de golfe anexo à parte luxuosa da cidade é um grupo social especificador da(s) classe(s) capitalista(s).)

9. A estrutura, em expansão e transformação permanentes, constituída por uma prática primária que se informa a si mesma e às práticas secundárias, e pelos níveis sucessivos de práticas secundárias que directa ou mediatamente se especificam e à prática primária, forma um cone de práticas.

O vértice é a prática primária, modelo de todo o cone. A partir daí o cone alonga-se e alarga-se sempre mais nas práticas secundárias; cada prática secundária dá origem a um novo cone de práticas secundárias, inserido no cone que tem por vértice a prática primária. Para distingui-los, denomino grande cone de práticas aquele que tem por vértice a prática primária. O carácter permanentemente expansional do grande cone de práticas faz com que nunca possua uma base definitiva.

10. A existência simultânea de mais de uma prática primária implica a sua definição por negação. Esta contradição entre práticas primárias assume a forma seguinte: uma das práticas primárias produz os meios necessários para a existência e a reprodução, não só do grande cone de práticas que dela decorre, mas ainda do(s) grande(s) cone(s) de práticas decorrente(s) da(s) outra(s) prática(s) primária(s). Desde que existam pelo menos duas práticas primárias, uma delas define-se por negação da(s) outra(s), enquanto produtora dos meios necessários ao prosseguimento de todas as práticas; e a(s) outra(s) define(m)-se por negação da primeira, enquanto ordenadora(s) desta produção e apropriadora(s) final(is) de parte desses meios. Apenas a existência relacional das práticas primárias permite a reprodução daquele(s) cone(s) de práticas cujo(s) vértice(s) é

uma (são) prática(s) primária(s) não produtora(s) de tais meios de reprodução.

À contradição entre práticas primárias chamo exploração. Se as práticas se definem por contradição e se cada prática primária constitui o modelo de todas as práticas inseridas no grande cone de práticas que dela decorre, a relação contraditória entre as classes sociais — a exploração — é o centro da esfera das instituições.

11. A contradição entre práticas primárias implica uma transferência de uma para outra(s) prática(s) primária(s). Trata-se de uma articulação contraditória sobre um campo, que é o da produção, transferência e apropriação dos meios que sustentam a existência e a reprodução de todas as práticas.

Defino campo como a relação contraditória entre práticas inseridas em cones distintos. Cada prática não se circunscreve ao cone em que se insere; como se define por negação de outras, chocam-se reciprocamente, projectando-se nesse movimento contra o(s) cone(s) da(s) prática(s) contrária(s), e inversamente. Este choque é o campo. O campo não é uma outra instituição em que instituições contrárias se relacionem, mas o mero choque nessa relação. Por isso não se desenvolvem instituições imediatamente próprias a tal relação contraditória; qualquer relação, enquanto prática, é uma permanente produtora de instituições, mas elas são produzidas no interior de cada um dos cones de práticas em que se integram as práticas articuladas no campo; o campo não se institucionaliza imediatamente, mas só mediante instituições inseridas em cada cone de práticas; os cones de práticas não desenvolvem entre eles instituições comuns. Sem instituições imediatamente próprias, o campo não desenvolve práticas secundárias.

Ao campo de relacionamento das práticas primárias chamo campo comum. Nas práticas articuladas no campo comum cada classe social desenvolve instituições no interior do grande

cone de práticas que condiciona. O campo comum, em que prossegue a exploração de uma das classes sociais pela(s) outra(s), constitui o processo de produção. O processo de produção é integrado por um certo número de instrumentos de que decorre a produção dos meios necessários à existência e à reprodução das práticas. A esses instrumentos e aos seus mecanismos internos denomino técnicas. As técnicas existem apenas em função das práticas articuladas no campo comum que integram e que simultaneamente realizam; o seu único significado é-lhes conferido pelas práticas primárias relacionadas no campo comum. A esta integração das técnicas no processo de produção chamo tecnologia. Pela tecnologia organiza-se a produção dos meios necessários ao prosseguimento de todas as práticas e a apropriação de parte desses meios pela(s) prática(s) primária(s) não-produtora(s). Quando desinseridas de uma tecnologia as técnicas perdem qualquer realidade social, até eventualmente passarem a integrar outra tecnologia, na qual assumem novo significado.

12. Na relação contraditória entre práticas inseridas em cones distintos, os movimentos de choque recíproco de uma contra a(s) outra(s) constituem um comum aspecto de práticas; ou seja: quando práticas inseridas em cones distintos se articulam num campo, nessas práticas define-se um comum aspecto de práticas. A articulação em campos distintos define diferentes aspectos de práticas.

13. Enquanto produção dos meios necessários ao prosseguimento de todas as práticas, o processo de produção requer uma prática sobre a natureza. A articulação das práticas primárias no campo comum que é o processo de produção reproduz-se na prática da esfera das instituições sobre a esfera natural. A prática da esfera das instituições sobre a esfera natural,

sendo a prática de instituições inseridas em grandes cones contraditórios, constitui um campo.

A produção de meios necessários à existência e à reprodução dos cones de práticas implica o relacionamento artificial de elementos naturais, ou seja, o seu relacionamento mediante processos distintos dos que espontaneamente ocorrem no interior da esfera da natureza. Esse relacionamento artificial constitui a prática da esfera das instituições sobre a da natureza. A contraditoriedade da relação entre as práticas primárias, definida na exploração, reproduz-se na prática das instituições sobre a natureza e preside ao relacionamento artificial dos elementos naturais. Deste modo procura-se reorganizar o mundo natural consoante o modelo fornecido pelas relações sociais. A prática sobre a natureza integra-se assim na exploração de uma classe social pela(s) outra(s). Se a natureza só existe, para a esfera das instituições, enquanto natureza praticada, uma alteração das práticas primárias e, portanto, do seu relacionamento contraditório reorganiza a prática sobre a natureza, fazendo com que certos dos seus elementos desapareçam na óptica da esfera das instituições e com que outros surjam. As transformações internas à esfera institucional fornecem o modelo para as reorganizações a operar no mundo natural.

Defino modo de produção como a articulação entre as práticas primárias contraditoriamente relacionadas no processo de produção e as práticas contraditoriamente relacionadas na actuação sobre a natureza. Assim, o modo de produção ocupa o centro da esfera das instituições e o centro da relação entre a esfera das instituições e a esfera da natureza.

14. As instituições de prática secundária especificam-se negando outras instituições de prática secundária. Como especificação de uma dada prática primária, uma prática secundária é função dessa prática primária enquanto ela própria e, simultaneamente, enquanto negação da(s) outra(s) prática(s) primá-

ria(s). As práticas secundárias são condicionadas pelas respectivas práticas primárias e fundamentam-se na negação das práticas secundárias decorrentes da(s) outra(s) prática(s) primária(s). Só acessoriamente uma prática secundária se especifica pela contradição com outras práticas secundárias incluídas no mesmo grande cone de práticas. Nos níveis sucessivos de cada grande cone a articulação recíproca de práticas secundárias processa-se acessoriamente mediante as contradições em que se defrontem; e processa-se fundamentalmente mediante a referência à prática que especificam. Em última instância as instituições de prática secundária de um grande cone de práticas articulam-se entre si fundamentalmente mediante a referência de cada uma à prática primária que especificam.

Enquanto as classes sociais se definem por negação, os grupos sociais definem-se por referência (à classe social de que decorrem) e por negação, fundamentalmente (negação de grupos sociais decorrentes da(s) outra(s) classe(s) social(is)) e acessoriamente (negação de grupos sociais decorrentes da mesma classe social).

15. Instituições secundárias decorrentes de uma prática primária entram em contradição com outras que decorrem de outra(s) prática(s) primária(s) em função da referência especificadora de cada uma à articulação dessas práticas primárias no campo comum. Em cada um dos grandes cones de práticas constituem-se vertentes de práticas secundárias que reforçam a especificação de cada prática primária no aspecto articulado no processo de produção. Se especificam as práticas primárias enquanto articuladas no campo comum, estas práticas secundárias inseridas em grandes cones distintos apresentam-se também numa relação contraditória, projectando-se em choques recíprocos, constitutivos de aspectos comuns, que partilham em campos. Aos campos em que se relacionam aspectos comuns de práticas secundárias inseridas em grandes cones distintos, e

que reforçam a especificação da relação entre as práticas primárias, denomino campos integradores.

Os campos não desenvolvem instituições secundárias. Os campos integradores reforçam por sobreposição a especificidade do campo comum. E um campo integrador reforça a sua especificidade pela sobreposição de outros campos integradores, em que se relacionam aspectos comuns de práticas de grupos sociais decorrentes dos grupos sociais cujas práticas partilham aspectos nos campos integradores anteriores. Não havendo limites quantitativos para o desenvolvimento de práticas secundárias e sendo os cones de práticas permanentemente expansionais, não há também limites quantitativos para a sobreposição de campos integradores. No interior de cada grande cone as práticas secundárias desenvolvem-se em novas instituições especificadoras; e os choques entre práticas que reciprocamente se projectam a partir dos sucessivos níveis de grandes cones distintos constituem campos sobrepostos. As relações entre os campos distinguem-se das relações entre as instituições porque um campo não se refere directamente a outro campo; as relações entre campos são mediatizadas pela decorrência de cada um deles de um aspecto de grupos sociais e, em última instância, de um aspecto das classes sociais.

Cada campo integrador é passível apenas de uma definição em n graus, definindo-se por reciprocidade de um aspecto comum no interior de sistemas prévios e distintos de referência e de negação.

(Exemplos: Hoje, o primeiro dos campos integradores a reforçar por sobreposição a especificidade do campo comum, ou seja, do processo de produção, é o constituído pelos sindicatos burocráticos. E qualquer manifestação convocada e organizada nos estritos limites da burocracia sindical constitui outro campo integrador, que reforça por sobreposição a especificidade do primeiro campo integrador.)

16. Defino campos relacionantes como aqueles onde práticas secundárias inseridas num mesmo grande cone de práticas partilham aspectos comuns. Se a especificação de uma prática secundária pela contradição com outras incluídas no mesmo grande cone é meramente acessória, então os campos relacionantes não se sobrepõem aos campos em que se articula a contradição fundamental entre práticas inseridas em grandes cones distintos. Os campos relacionantes não se sobrepõem aos campos integradores nem, portanto, ao campo comum. Os aspectos que as instituições secundárias articulam nos campos relacionantes ocupam lugares periféricos relativamente ao centro da articulação contraditória entre as classes sociais; em cada grande cone as práticas secundárias articuladas em campos relacionantes especificam acessoriamente a respectiva prática primária, exteriormente ao aspecto que esta partilha no campo comum.

Os campos relacionantes resultantes da articulação contraditória de práticas inseridas num dos grandes cones encontram correspondência nos resultantes da articulação de práticas inseridas no(s) outro(s). Se um campo não se refere directamente a outro campo, a correspondência de um campo relacionante constituído na articulação de práticas inseridas num dado grande cone a outro constituído na articulação de práticas incluídas noutro grande cone é mediatizada, em última instância, pela decorrência de cada um destes campos de aspectos das classes sociais que não são o seu aspecto central.

A correspondência entre campos relacionantes decorrentes de contradições práticas incluídas em grandes cones distintos define-se pela simultaneidade de aspectos equivalentes no interior de sistemas prévios e distintos de referência e de negação.

(Exemplo: Num grande número de países um dos exemplos mais flagrantes da correspondência entre campos relacionantes é a assistência aos desafios de futebol.)

17. Toda a prática é uma prática de negação e a todos os níveis de cada cone de práticas desenvolvem-se instituições secundárias que reforçam essa negação. Tal institucionalização da negação implica que as contradições se realizem enquanto oposição, e não como cisão; a institucionalização da negação impede que os pólos opostos se autonomizem até à ruptura do contacto e envolve-os numa relação de oposição, pela qual as instituições em contradição se estabelecem como uma negação-em-relação. Negar uma prática é, por aí mesmo, reconhecer-lhe a existência e reconhecê-la enquanto aquela prática, e não outra. Todas as instituições, sendo práticas de oposição, reflectem negativamente, na afirmação delas próprias, as práticas contrárias. Do exercício simultâneo e permanente das práticas de oposição resulta a permanente afirmação de cada prática pelas práticas contrárias.

Pelo princípio da contradição defini que uma prática se afirma a si negando as outras. Defino pelo princípio da oposição que, num movimento inseparável do da contradição, uma prática, ao opor-se às outras, por aí as afirma também.

18. Defino sociedade como o movimento de articulação das instituições em torno do eixo constituído pela relação contraditória das práticas primárias sobre o campo comum, pelo campo da prática das instituições sobre a natureza e pelos campos integradores; a sociedade é ainda reforçada pela correspondência entre campos relacionantes, nos quais se articulam aspectos periféricos relativamente àquele eixo.

Os grandes cones de práticas constituem práticas em relação-de-negação. Quando essa relação é praticada de forma a reproduzir — e não a eliminar — cada uma das práticas contraditórias, a relação-de-negação realiza-se numa negação-em-relação. A relação-de-negação define cada grande cone de práticas; a negação-em-relação define o movimento de articulação desses cones em torno do eixo referido. A sociedade começa a consti-

tuir-se quando a relação-de-negação tende para a negação-em--relação e constitui-se enquanto situação extrema no movimento da prática de oposição. A sociedade é a situação extrema no movimento por que uma classe social, na sua oposição à(s) outra(s), afirma a(s) outra(s). Nesta situação a exploração realiza-se plenamente como processo de produção, acentua-se a inserção da prática das instituições sobre a natureza no modo de produção, reforçam-se os campos integradores, multiplicam--se os campos relacionantes e a correspondência entre eles. Na sociedade a esfera das instituições atinge uma situação de máxima coesão.

19. Pela conjugação do princípio da contradição com o princípio da oposição a esfera institucional está permanentemente tensa entre dois movimentos de articulação: um que se figura na verticalidade dos grandes cones de práticas, reciprocamente contraditórios e polarizado cada um pela respectiva prática primária enquanto modelo geral das suas instituições; o outro figura-se na horizontalidade da prática de oposição, que estabelece a contradição enquanto negação-em-relação. A oscilação entre estes movimentos constitui um princípio fundamental de organização na esfera das instituições, pelo que as classes sociais e, por aí, os grupos sociais reconstituem permanentemente o seu posicionamento.

No contexto deste princípio geral de organização os movimentos prevalecentes, ou tendencialmente prevalecentes, são contrários consoante uma classe social é explorada ou exploradora. A(s) classe(s) social(is) exploradora(s), que só pode(m) existir e reproduzir-se mediante a apropriação de parte dos meios produzidos pela classe social explorada, requer(em) a existência e a reprodução do campo comum; o reforço da sociedade é, assim, o movimento prevalecente para a(s) classe(s) social(is) exploradora(s). Esse mesmo movimento verifica-se também para a classe explorada que, ao afirmar-se a si própria,

afirma por isso a(s) classe(s) exploradora(s), mantendo-a(s) e reproduzindo-a(s); uma classe explorada só pode existir como tal se for explorada, num dado sistema, por classe(s) exploradora(s), de maneira que sem uma(s) a outra não pode existir. Porém, este movimento pelo qual a classe explorada se afirma como tal é aquele mesmo por que transfere para a(s) classe(s) exploradora(s) parte dos meios que produz; como uma prática é a produção de práticas, quer isto dizer que, despossuída dos seus frutos, a classe explorada despossui-se da sua prática; e como uma instituição é uma prática, a classe explorada aliena-se por conseguinte a si própria. Para a classe explorada a afirmação de uma completa existência não-alienada implica que não seja despossuída de nenhuma fracção da sua prática; mas isso ocasiona a ruptura do processo de transferência para a(s) prática(s) primária(s) exploradora(s) dos meios de reprodução das práticas produzidas pela prática primária explorada, o que implica a ruptura do campo comum, a anulação da(s) classe(s) exploradora(s) e por isso da própria classe explorada enquanto explorada e, assim, a ruptura da sociedade. Este é o movimento que tende a prevalecer para a classe social explorada.

A sociedade começa a romper-se quando a negação-em-relação tende para a relação-de-negação e rompe-se enquanto situação extrema no movimento da prática de contradição. Nesta situação a especificação acessória das práticas secundárias pela sua contradição com outras incluídas no mesmo grande cone é anulada pela definição fundamental resultante da referência à contradição entre práticas primárias, esvaindo-se assim os campos relacionantes e a correspondência entre eles; os campos integradores cindem-se; o campo comum desarticula-se; a prática das instituições sobre a natureza começa a reorganizar-se — o que significa que o modo de produção se rompe. A tensão entre os dois movimentos é a tensão entre o reforço e a ruptura dos campos. Se o campo comum se dissolver as práticas primárias deixam de negar-se reciprocamente e,

por isso, deixam de definir-se a si mesmas como aquelas práticas, deixando de ser elas para passarem a ser outra(s). A consequência última de uma ruptura máxima da sociedade será a reformulação da totalidade das práticas, pela completa reestruturação da esfera das instituições.

Assim, a classe social explorada conjuga duas existências totais. Por uma delas, mantendo-se como explorada mantém e reproduz o sistema de exploração, a(s) classe(s) exploradora(s), a totalidade da sociedade. Pela outra, recusando a exploração tende a eliminar a sociedade e, por isso, fundamenta um novo modo de existência total. O futuro possível existe no presente, implicado na revolta actual da classe social explorada. Os destinos do desenvolvimento na esfera das instituições serão ditados pela dialéctica destes dois movimentos conjugados da classe explorada.

20. De cada prática decorre um cone de instituições, que reforçam a especificidade dessa prática. Sendo o processo ininterrupto, as práticas expandem-se interminavelmente; ao mesmo tempo são marcados os limites dessas práticas. A infinidade quantitativa da expansão resulta do desenvolvimento por todas as instituições de instituições secundárias que, por sua vez, desenvolvem outras instituições secundárias. A limitação qualitativa da expansão resulta de cada prática primária, modelo de todas as práticas que a especificam.

Temos, assim, séries infinitas de práticas secundárias, de cujos termos a soma possui um valor finito, previamente definido em cada prática primária; e essas séries de práticas secundárias constituem conjuntos infinitos de diferentes dimensões.

21. Na relação entre uma instituição e as instituições secundárias dela decorrentes define-se a distinção entre a determinação e as suas formas de realização. A determinação define-se pela marcação de limites; ela é o estabelecimento da

posição das práticas e, portanto, da orientação seguida pela reprodução das práticas. As formas de realização definem-se por consubstanciarem a infinidade de sentidos exactos possíveis no interior dos limites marcados. Chamo dominante àquela forma de realização que, num dado momento, realiza a determinação.

A distinção entre a determinação e as formas de realização tem um valor absoluto na distinção entre cada classe social e os grupos sociais inseridos no respectivo grande cone de práticas. A classe social é a determinante absoluta: marca os limites, sem que lhe sejam marcados exteriormente quaisquer limites; os limites de cada classe social são ela própria; na sua prática contra a(s) outra(s) cada classe social estabelece-se como modelo da sua posição e da posição de todas as práticas secundárias que a especificam. Cada grupo social é determinante para as formas de realização — ou seja, os grupos sociais — que dele decorrem e é forma de realização para a sua determinante.

Este sistema de causalidade geral a toda a esfera das instituições define-se no interior dos grandes cones de práticas, na relação-de-negação entre eles, e não nos campos. Se um campo não se refere directamente a outro campo, a negação-em-relação insere-se num sistema causal já definido. A forma dessa inserção é a seguinte: O estabelecimento de um campo implica a dominância de certas formas de realização de preferência a outras. A oscilação entre a sociedade e a ruptura da sociedade é uma oscilação na selecção de formas de realização.

22. A relação entre uma determinação e as formas da sua realização, que conduz ao estabelecimento da dominante, define-se como: selecção entre instituições alternativas e desenvolvimento da instituição seleccionada num tempo-zero. Em cada sistema de determinação existe institucionalmente a totalidade infinita das formas de realização possíveis de definir no interior dos limites desse sistema. Na sua infinidade as

formas de realização constituem possibilidades simultâneas de dominância; a instituição dominante não é produzida, como instituição, no momento da dominância; a infinidade das formas de realização possíveis de uma dada determinante é já-existente, contemporânea da própria determinação dos limites, isto é, do exercício da determinação como tal, encontrando-se essas formas de realização congeladas no menor grau de desenvolvimento enquanto não são seleccionadas. A selecção de uma dominante de entre todas as formas de realização de uma dada determinante opera-se por uma cadeia de choques simultâneos.

Ao processo dessa selecção chamo conflitos sociais. O critério da selecção é o da adequação, em cada momento, de uma forma de realização às necessidades decorrentes da relação contraditória de uma determinante com outra(s) determinante(s). A prova da adequação de uma instituição a essas necessidades é a sua vitória nos conflitos sociais. Vitoriosa e adequada são sinónimos.

Em consequência do processo de selecção, a forma de realização seleccionada desenvolve-se em dominante num tempo-zero. Este desenvolvimento é insusceptível de definição como processo; ele ocorre num tempo abaixo do qual não defino a possibilidade de alterações institucionais. Por isso lhe chamo tempo-zero.

23. Distingo dois tipos de mecanismo que levam ao cancelamento de uma dominante e à selecção de nova dominante.

Um desses mecanismos resulta da contraditoriedade na definição de uma instituição e, portanto, na definição de uma determinação como estabelecimento de limites; a permanente expansão da especificação de cada prática desencadeia permanentemente novas selecções de dominantes. Se a posição de uma prática é a negação da posição da(s) prática(s) contrária(s), e isto num processo permanente, a produção de novas institui-

ções secundárias que especificam uma prática primária implica a produção de outras instituições secundárias que especificam a(s) prática(s) primária(s) contrária(s); a criação permanente de instituições secundárias é uma permanente conversão, no nível que até um dado momento constituíra a base provisória de cada grande cone de práticas em expansão, de instituições com a função exclusiva de formas de realização em instituições providas da dupla função de formas de realização e de determinantes. Esta transformação permanente é uma criação permanente de novas necessidades, que exigem novas selecções.

O outro desses mecanismos resulta de a selecção da dominante se dever à sua adequação, no estado de congelamento em que se encontrava enquanto mera forma de realização possível, às necessidades determinantes que impõem o critério da selecção. Desenvolvida em dominante, a forma de realização seleccionada desencadeia uma nova selecção nas formas de realização dela decorrentes, exigida pelo seu novo estatuto de dominante. E o mecanismo reproduz-se nos níveis sucessivos. Daqui resulta que, pelo seu próprio desenvolvimento, a dominante se apresenta diferente do que fora enquanto forma de realização não-dominante; o processo de selecção opera-se segundo um critério, e do próprio acto de selecção resulta que o seleccionado, desenvolvido como tal, deixa de corresponder ao critério que presidiu à selecção. Inaugura-se assim uma nova selecção. Numa primeira fase essa nova selecção limita-se às formas de realização directa e indirectamente decorrentes da dominante que tomo como referência; quando as virtualidades destas selecções se esgotam inaugura-se, numa segunda fase, um processo de selecção ao próprio nível das formas de realização inicialmente consideradas.

Ambos estes mecanismos se fazem sentir em permanência; e articulam-se reciprocamente num mecanismo complexo. Cada cone de práticas em expansão é incessantemente percorrido por novos processos de selecção de dominantes.

24. Quando uma forma de realização deixa de ser dominante regressa ao estado de congelamento. Mas passa a existir então com características diferentes das que assumira nesse estado antes de ter sido seleccionada.

25. O sistema de causalidade é a definição do conjunto das práticas no seu processo. O sistema de causalidade que aqui apresento é duplo. Só a análise particular pode precisar a forma de realização dominante; a análise particular consiste na definição das dominantes. A análise geral consiste na definição das determinantes; traça, assim, os limites das dominantes possíveis. Não se trata para este sistema de estabelecer leis causais sem conteúdo, o qual seria depois preenchido pela análise particular, porque as leis causais supõem um efeito e da determinação nada pode resultar senão mediante a dominância. Nem a prática dominante se pressupõe na determinante, porque esta apenas determina o modelo do posicionamento das dominantes; devido à infinidade das formas de realização é impossível deduzir a dominante a partir da determinante. A dominante seleccionada não aparece como um efeito de que a determinante fosse a causa; a concepção de produção de efeitos não tem lugar na análise geral, nem a concepção de efeito tem lugar na análise particular. E como no interior de um cone de práticas cada prática se expande num cone de práticas que a especificam, cada uma das práticas secundárias, enquanto determinante, exige a selecção de uma dominante, mesmo que, enquanto forma de realização, não seja ela própria dominante; assim, no interior de um grande cone de práticas estabelece-se uma infinidade de linhas descontínuas de dominantes. De tudo isto resulta que a relação entre a determinação e as formas de realização não implica nenhum princípio de expressividade, pelo qual os resultados das formas de realização estivessem de antemão contidos na determinação. À unicidade da determinação corresponde uma infinidade de especificações e, nestas, uma dispersão de domi-

nantes; por isso a relação não é expressiva. Neste sistema causal duplo a análise particular tem de ser prosseguida em cada um dos níveis, sendo impossível extrapolar de um para outro.

Defino uma não-expressividade actual do sistema causal: Na relação entre uma dada prática secundária e a prática que esta especifica estabelece-se um movimento prevalecente (aquele por que essa prática secundária encontra o seu modelo na prática de que decorre), mas que implica necessariamente o movimento inverso (pois simultaneamente essa prática secundária especifica a prática de que decorre); deste modo não pode caracterizar-se um dos pólos da relação como efeito e o outro como causa. Não existe aqui a expressividade da causa nos efeitos; existem movimentos recíprocos de causalidade que percorrem em sentidos inversos a mesma relação, sendo um desses movimentos o prevalecente.

No sistema aqui apresentado a relação entre a determinação e as formas de realização não obedece também aos modelos de causa-efeito que postulam a exogeneidade recíproca de cada termo. Estando a infinidade das formas de realização contida nos limites da determinação desde o momento em que esta se exerce como tal, as formas de realização possíveis de dominância são endógenas relativamente ao nível da determinante, cujas necessidades impõem o critério da selecção da dominante. Assim, neste sistema a causalidade não-expressiva é, simultaneamente, endógena.

Defino uma endogeneidade temporal do sistema causal: Definida a infinidade das formas de realização de uma dada determinante como contemporânea do exercício da determinação, não existe aqui qualquer exogeneidade temporal de causa a efeito. E definido como tempo-zero o tempo de desenvolvimento em dominante da forma de realização seleccionada, não existe também aqui qualquer exogeneidade temporal de causa a efeito; a dominante desenvolvida inclui-se na mesma unidade mínima de tempo em que se encerra o processo de

conflitos sociais que a selecciona. A existência de tempo define-se apenas em cada processo de selecção de dominante, entre as formas de realização possíveis e o desenvolvimento em dominante da forma de realização seleccionada. Cada processo de selecção estabelece um sistema temporal que inclui a determinante enquanto modelo e a infinidade das respectivas formas de realização e que inclui o desenvolvimento da dominante num tempo-zero. Assim, são os conflitos sociais que marcam o tempo. E, como em cada nível de práticas a unidade temporal é definida pelo ritmo das operações de cada processo de selecção, resulta que não há um tempo único e pré-existente, homogéneo e contínuo. Entre os sistemas temporais estabelecidos em cada processo de selecção ocorrem saltos. O tempo discreto é o único definível neste sistema causal de endogeneidade temporal.

26. A aplicação deste sistema de causalidade ao movimento de ruptura da sociedade por parte da classe social explorada exigiria a análise empírica detalhada de cada um dos múltiplos ensaios históricos do novo modo de existência total incorporado pela classe explorada nesse movimento de ruptura. Mas esse só poderá ser um esforço teórico de muitos e a longo prazo, que mal se enceta agora. A perspectiva desta aplicação do modelo de causalidade está, porém, definida a partir do momento em que afirmo que ambas as totalidades, a do sistema de exploração e a da ruptura da sociedade e reorganização da esfera das instituições, se conjugam desde já na existência contraditória da classe explorada. Resulta daí que a reorganização completa da esfera das instituições não é mediada por qualquer fase de transição e define um tempo histórico mínimo. A revolução global só pode ocorrer num tempo-zero.

27. O cérebro é a sede de dois tipos de processos de pensamento, talvez biologicamente indistinguíveis, mas distintos

quanto às suas funções. Defino um processo de produção de imagens, mais ou menos complexas mas empregues em isolamento recíproco, cada uma delas inseparável da acção física na unidade da prática; é a imagem imediata e pontual do acto enquanto se pratica. A produção de imagens insere-se portanto na esfera das instituições. Nessa esfera a distinção entre pensamento e acção física é uma distinção entre momentos da prática. Não há articulação entre imagens a não ser como relação entre práticas na sua integralidade. Defino um outro tipo de processos de pensamento, cujos elementos, mesmo os mais reduzidos, constituem sempre organizações sistemáticas e não são empregues isoladamente. Sendo organizados em sistemas e não reciprocamente isolados, esses elementos não se encadeiam com a acção física na unidade prática e constituem por isso uma esfera própria, que considero como a esfera da ideologia.

Nunca se atenua a distinção funcional entre ambos os tipos de processos de pensamento: Por um lado, a prática necessária à eventual materialização da ideologia é, enquanto prática, inteiramente decorrente da esfera institucional; enquanto ideologia materializada, esta é indistinta da ideologia. Quando materializada, a ideologia perdura além da prática que a materializou; mas sucede noutros casos que a prática sirva de suporte gestual e cénico à manifestação da ideologia, não subsistindo esta então além da prática que a suporta. A prática, enquanto tal, é inteiramente decorrente da esfera institucional; a ideologia gestual e encenada é indistinta da ideologia. Por outro lado ainda, podem as imagens inspirar-se formalmente em elementos ideológicos; mas, reciprocamente isoladas e encadeadas na acção física, permanecem absolutamente exteriores à esfera da ideologia.

28. Na esfera da ideologia atribuímos denominações específicas ao que na esfera da prática são os pólos de uma relação,

para os quais produzimos assim conceitos próprios. Portanto, na ideologia exprime-se como particularizado aquilo que apenas em relação tem realidade prática. Na esfera da ideologia atribuímos também uma denominação específica ao que na esfera da prática é uma relação entre instituições, para a qual produzimos assim um conceito próprio. Portanto, na ideologia exprime-se como apenas relacionado aquilo que se mantém em exterioridade na realidade prática. A incerteza resulta da alternância entre conceitos particularizados e conceitos relacionais, apagando-se a relação na particularização, apagando-se depois a exterioridade na relação, sem que jamais seja possível na esfera da ideologia manifestar sincrónica e sinteticamente o que na esfera da prática constitui uma unidade. Na esfera da ideologia atribuímos denominações específicas ao que na esfera da prática se constitui num processo. Portanto, na ideologia exprime-se como momentos eternizados aquilo que apenas de modo fugaz e transitório tem realidade prática. Na esfera da ideologia atribuímos também uma denominação específica ao fugaz e ao transitório. Portanto, na ideologia exprimem-se como características eternizadas a fugacidade e a transitoriedade práticas. A incerteza resulta da alternância entre estes dois tipos de conceitos eternizados, apagando-se o processo nos momentos, apagando-se depois os momentos no processo, sem que jamais seja possível na esfera da ideologia manifestar sincrónica e sinteticamente o que na esfera da prática constitui uma unidade. Por isso a expressão da prática não é uma identidade com a prática. É essa incapacidade de unificação e de se constituir num devir que torna a expressão, expressão; que a torna distinta da prática, e redutora.

O princípio da incerteza da ideologia leva a definir a relação da esfera da ideologia com a esfera das instituições: a ideologia é a expressão da prática.

Defino a expressão como uma função. A ideologia pode ser directamente expressiva da prática; ou pode ser inversamente

expressiva, quando uma dada prática se representa como um seu contrário. À expressão inversamente expressiva denomino representação. Neste caso a ideologia exprime ainda a prática, pois se a prática fosse outra o contrário ideológico desta não seria aquela ideologia. Seja a constante proporcional positiva ou negativa, a ideologia constitui sempre a expressão da prática.

A esfera das instituições está para com a esfera da natureza numa relação prática. A esfera da ideologia está para com a esfera das instituições numa relação expressiva. As três grandes esferas estruturam a totalidade de uma forma assimétrica.

29. A ideologia é expressão da prática, não é causadora de prática. Ao abordar a esfera da ideologia depois do sistema de causalidade deixo claro na própria forma de exposição que da ideologia não resulta qualquer acção de retorno sobre as instituições. Constituindo-se em sistemas e não em sucessões de imagens reciprocamente isoladas, a ideologia não se entremeia com a acção física e limita-se a exprimir a prática à medida que esta se pratica; a ideologia é uma excrescência da prática, sem qualquer capacidade de acção própria. Nem a materialização da ideologia, nem a sua manifestação cénica e gestual implicam uma causalidade da ideologia sobre a prática. É uma prática que determina a prática de materialização da ideologia, não é a ideologia a determinar a sua materialização prática; é uma prática que determina a prática como suporte gestual e cénico da ideologia, não é a ideologia a determinar essa sua manifestação. Não há acção que não seja prática e toda a prática é determinada pela prática.

(Se não há causalidade da ideologia sobre a prática, como entender os cálculos matemáticos na construção de uma ponte? Não será a ponte o resultado desses cálculos? Não é por estarem os cálculos no papel que a ponte é construída, mas porque se devem a um corpo de engenheiros que tem a autoridade das classes capitalistas e com ela comanda a obra. A prática dos

trabalhadores nessa construção decorre da prática capitalista de decisão e de organização. Enquanto fundamentados numa dada ideologia, os cálculos matemáticos são uma expressão ideológica. E a ponte constitui então, na forma que a caracterizar, a materialização da ideologia implícita nos cálculos. Fosse outro o sistema matemático usado e, portanto, outra a ideologia a inspirar os cálculos, seria outra a forma da ponte enquanto expressão ideológica. Mais larga ou estreita, de um ou outro material, com qualquer perfil, uma ponte responde às necessidades práticas específicas que determinam a sua construção; e na forma assumida materializa a ideologia em que tal prática se exprime.)

Do mesmo modo a ideologia não é causadora de ideologia. Na articulação de um elemento ideológico com outro, um não decorre do outro. Se os elementos ideológicos não existem isoladamente, não é apenas cada elemento, enquanto sistema, que exprime a prática, mas a sua articulação conjunta é, também ela, expressora de relações práticas. O princípio geral dessa expressão é o seguinte: As relações práticas exprimem-se na forma como se organizam sistematicamente os elementos ideológicos mais reduzidos e em qualquer forma de articulação desses elementos; essas formas constituem as réplicas das formas de relação prática. É a forma assumida pela ideologia enquanto sistema que constitui a expressão da prática enquanto relação. Assim, as relações práticas mais fundamentais e genéricas exprimem-se nos sistemas ideológicos mais comuns e difundidos. Por isso nos mais variados temas reaparecem sistemas ideológicos idênticos.

Se a organização sistemática dos elementos ideológicos não decorre desses elementos, mas das relações práticas, isso significa que os elementos não se articulam reciprocamente em nenhum sistema causal. Não existindo uma causalidade interna à esfera da ideologia, não existe também comunicação inter-ideológica. E onde a causalidade vigora, nos processos

institucionais, não é uma comunicação que ocorre. Uma comunicação suporia um contacto estabelecido *a posteriori* entre elementos previamente definidos como existentes em exogeneidade; o objecto da prática, porém, não é senão uma prática que se objectiva. Na simultânea exterioridade e endogeneidade da relação prática não se estabelece uma comunicação, mas uma unificação. Não há comunicação. A comunicação é um paradoxo.

30. A contradição, enquanto princípio geral da esfera das instituições, tem a sua expressão ideológica no carácter negativo da ideologia. A forma afirmativa é apenas a mnemónica da forma negativa; a aprendizagem da negação é o pressuposto da utilização das afirmações. Para que A, enquanto afirmação, possa ser entendido, é necessária a aprendizagem de que A=não-B, não-C... não-N. Toda a descrição do outro é a descrição da diferença relativamente ao outro. A afirmação define-se como uma negação que se pressupõe.

Assim, nenhum elemento ideológico é definível isoladamente, mas apenas contraditoriamente aos restantes. A negação é uma relação; por isso não existem elementos ideológicos a não ser inseridos em relações, quer dizer, organizados em sistemas. O componente mínimo de um sistema ideológico é já um sistema ideológico.

31. A expressão ideológica das instituições da prática primária é simultaneamente contraditória e auto-reflexiva. É contraditória porque, como toda a expressão de instituições, define-se por negação; a existência de uma classe social é uma existência-por-negação, a projecção dessa classe contra a(s) outra(s). É auto-reflexiva porque, enquanto expressão do modelo da totalidade das práticas inseridas no respectivo grande cone de práticas, é possível de enunciar em relação a si própria.

Figuro este carácter duplo como a expressão de uma oscilação a partir de um ponto central. O ponto central é constituído pela posição da classe social e exprime-se ideologicamente enquanto nomenclatura, isto é, o universo conceptual em que uma classe se auto-refere. A oscilação é a especificação da posição, pela projecção de uma classe social contra a(s) outra(s), e exprime-se ideologicamente enquanto lógica, isto é, paradigma formal das articulações possíveis de instaurar entre os termos da nomenclatura. A oscilação cobre um arco que vai da máxima relação-de-negação até à máxima negação-em-relação; a amplitude assim coberta exprime-se pelas múltiplas tendências existentes no interior da lógica expressora da oscilação. A nomenclatura é auto-reflexiva, por isso apresenta-se como estática; a lógica exprime a efectivação de uma contradição, por isso apresenta-se como dinâmica. A indissociabilidade da articulação entre a nomenclatura e a lógica inverte as definições. A posição das instituições primárias existe também por negação; e a forma dessa negação é também um atributo da sua posição. A especificidade de uma prática é ainda um elemento da sua posição; a posição de uma prática é também sua especificidade. Os termos de uma nomenclatura pressupõem a negação dos restantes, por isso só são válidos num sistema; e, pela sua própria existência auto-reflexiva, a nomenclatura enuncia a lógica, que se reduz então a um termo e constitui um conteúdo da nomenclatura.

Cada prática primária é o modelo de si própria e de todas as outras práticas inseridas no grande cone de que é o vértice. A dupla expressão ideológica da prática de cada classe social constitui o axioma das expressões ideológicas de todas as práticas que decorrem dessa classe social. A sua nomenclatura é a nomenclatura genérica; a sua lógica é um paradigma geral.

32. A expressão ideológica das instituições da prática secundária é simultaneamente contraditória, referencial e pseudo-auto-

-reflexiva. É contraditória porque, como toda a expressão de instituições, define-se por negação; a existência de um grupo social é uma existência-por-negação, a projecção desse grupo contra outro(s). É referencial porque se insere no axioma constituído pela expressão de uma prática primária, que tem por função especificar. É pseudo-auto-reflexiva porque, se bem que possível de enunciar, estabelece-se em relação à expressão da prática primária, e não a si própria.

Figuro este carácter triplo como a expressão de uma oscilação a partir de um centro alheio. Os grupos sociais de um grande cone de práticas são como são porque, em última instância, a classe social que constitui o vértice desse cone é como é; o centro real da oscilação do grupo social é constituído pela posição da classe social. O carácter referencial e pseudo-auto-reflexivo da expressão do grupo social supõe um imediato centro de oscilação fictício. A expressão ideológica deste centro de oscilação fictício é uma nomenclatura vazia, que consiste apenas na forma de uma nomenclatura; os seus aparentes termos próprios são o mero reflexo dos termos da nomenclatura em que se exprime a posição da classe social. A expressão ideológica da oscilação distingue-se, nos grupos sociais, da lógica expressora da oscilação nas classes sociais. A projecção de um grupo social contra outro(s) é fundamentalmente função da sua referência à classe social de que decorre. Desprovida, portanto, de um centro próprio, a oscilação no grupo social reforça a oscilação na classe social, onde esse centro se localiza. Por isso a lógica em que se exprime a oscilação no grupo social consiste num reforço do paradigma geral que exprime a oscilação na classe social.

A esta articulação de uma nomenclatura sem termos próprios e de uma lógica sem centro próprio chamo ritual. O ritual é desprovido de auto-afirmação; ele especifica a nomenclatura e a lógica que exprimem a classe social de que decorre o grupo social expresso no ritual.

33. A expressão ideológica de qualquer dos tipos de campo é simultaneamente contraditória e referencial. É contraditória porque exprime aspectos de práticas inseridas em cones distintos. É referencial porque, não desenvolvendo os campos instituições próprias, remete para as expressões dos aspectos partilhados pelas práticas.

Figuro este carácter duplo como a expressão de uma sobreposição parcial de oscilações a partir de mais de um centro alheio. Os centros localizam-se nas instituições que nesse campo partilham um aspecto comum. A ausência de um centro próprio toma a expressão do campo desprovida de nomenclatura. E como o campo não desenvolve uma institucionalização imediatamente própria, a sua expressão ideológica não se estabelece em referência a nenhuma expressão de uma instituição una; por isso é também desprovida de uma nomenclatura vazia. Não possuindo um centro próprio, nem remetendo para um centro alheio único, os campos não possuem também uma oscilação própria nem una. Esta ausência de uma oscilação una toma as suas expressões desprovidas de uma lógica. Os campos definem-se pela sobreposição, numa zona comum, de partes de oscilações de práticas numa negação-em-relação. Enquanto um campo funciona esta zona de sobreposição parcial das oscilações tem um carácter atractivo; cada uma das práticas tende a percorrer a zona de sobreposição parcial mais do que a zona restante da sua oscilação. A função do campo enquanto zona de atracção nas oscilações práticas exprime-se ideologicamente pelo reforço de uma das tendências contidas nas lógicas expressoras das oscilações; essa tendência é a correspondente ao aspecto partilhado pelas práticas cujas oscilações se sobrepõem parcialmente no campo.

34. O campo comum figura-se na sobreposição parcial das oscilações de cada prática primária, constituindo para essas oscilações práticas uma zona de atracção particularmente forte.

Este reforço da sua função atractiva exprime-se ideologicamente pela máxima acentuação da tendência existente nas lógicas expressoras das oscilações e que corresponde ao aspecto partilhado na zona de sobreposição parcial; a tendência assim reforçada exprime a articulação contraditória das práticas primárias no processo de produção; a acentuação máxima desta tendência consiste na redução a um mínimo das outras tendências contidas nas lógicas que exprimem as oscilações dessas práticas primárias. A esta operação ideológica denomino naturalização. Sendo o campo comum o processo de produção, a sua expressão ideológica consiste na naturalização da tecnologia; apresentada ideologicamente como a única possível, a tecnologia correspondente a um dado processo de produção apresenta-se como natural. E, porque naturalizada, representa-se como a-histórica e, por isso, eterna. A eternização é o corolário da naturalização.

35. A expressão ideológica do campo da prática da esfera das instituições sobre a esfera da natureza é simultaneamente contraditória e referencial em segundo grau. É contraditória porque exprime um aspecto de práticas inseridas em grandes cones distintos. É referencial porque remete para a expressão do aspecto partilhado pelas práticas. Sendo referencial em segundo grau porque remete para a expressão do aspecto partilhado no campo comum pelas práticas primárias, com as quais se articulam, no modo de produção, às práticas contraditoriamente relacionadas na actuação sobre a natureza.

Figuro este carácter triplo como a expressão da projecção da zona de sobreposição parcial das oscilações das práticas primárias sobre um objecto de prática que é a esfera da natureza. Essa expressão consiste na reprodução da naturalização da tecnologia enquanto naturalização da prática sobre a natureza. Apresentada ideologicamente como a única possível, uma dada prática sobre a natureza representa-se como se fosse a inter-

-relação directa e espontânea dos componentes naturais, e não a prática das contradições sociais sobre a natureza; essa prática é, assim, naturalizada e, portanto, eternizada.

A naturalização da prática sobre a natureza rege as ciências da natureza. Estas ciências apresentam a tentativa de reorganização do mundo natural consoante o modelo fornecido pelas relações sociais, representando-a como uma organização natural espontânea.

36. A expressão ideológica dos campos integradores é simultaneamente contraditória e referencial em n graus. É contraditória porque exprime aspectos de práticas inseridas em grandes cones distintos. É referencial porque remete para as expressões dos aspectos partilhados pelas práticas. Sendo referencial em n graus porque remete para a expressão do aspecto partilhado no campo comum pelas práticas primárias, a qual é imediata ou mediatamente especificada pelas expressões dos aspectos partilhados em campos integradores pelas práticas secundárias.

Figuro este carácter múltiplo como a expressão de uma sobreposição parcial de oscilações a partir de mais de um centro alheio; desses, os localizados nas instituições secundárias que em cada campo partilham um aspecto são imediatos centros fictícios, os quais remetem para os centros reais, que são constituídos pela posição de cada prática primária. O carácter referencial em n graus apresentado pela expressão dos campos integradores resulta do carácter referencial e pseudo-auto-reflexivo apresentado pela expressão das instituições da prática secundária. Como os campos integradores reforçam por sobreposição a especificidade do campo comum, a sobreposição à zona de atracção das oscilações das práticas primárias das zonas de atracção das oscilações de práticas secundárias reforça a acentuação da tendência existente na expressão das práticas primárias e que constitui a expressão do campo

comum; assim, os campos integradores exprimem-se ideologicamente pelo reforço da expressão do campo comum. E como se sobrepõem ao campo comum em níveis sucessivos, os campos integradores exprimem-se ainda pelo reforço da expressão do campo integrador anterior enquanto reforço, mediato ou imediato, da expressão do campo comum. A expressão dos aspectos partilhados pelas práticas secundárias inseridas em vertentes opostas nos grandes cones enquanto negação-em-relação consiste, assim, no reforço da naturalização da tecnologia.

37. A expressão ideológica da correspondência entre campos relacionantes é simultaneamente contraditória, referencial e constituída numa pseudo-reciprocidade. É contraditória porque exprime aspectos de práticas inseridas em cones, e em grandes cones, distintos. É referencial porque remete para as expressões dos aspectos partilhados pelas práticas. E constitui-se numa pseudo-reciprocidade porque as expressões dos aspectos partilhados em cada um dos campos relacionantes em correspondência especificam expressões das práticas primárias exteriormente ao aspecto que estas partilham no campo comum.

Figuro este carácter triplo como a expressão de uma fictícia sobreposição parcial de oscilações a partir de mais de um centro alheio. Esses centros localizam-se de imediato nas instituições secundárias que partilham um aspecto em cada um dos campos relacionantes em correspondência. Referindo-se as instituições secundárias em última instância às respectivas práticas primárias, nunca apresentam senão centros fictícios; no caso dos campos relacionantes, as práticas secundárias que em cada um deles se articulam não se referem à articulação contraditória das práticas primárias no campo comum; portanto, os centros das oscilações que sustentam os campos relacionantes encontram-se descentrados do ponto fulcral da exploração, mediante o qual cada prática primária, na contradição com a(s)

outra(s), fundamenta todas as práticas inseridas no seu cone de práticas; daqui resulta que é fictícia qualquer sobreposição parcial de oscilações de práticas secundárias que não ocupem nos grandes cones, enquanto negação-em-relação, vertentes opostas. A expressão ideológica desta fictícia sobreposição parcial de oscilações consiste no simultâneo reforço das expressões de práticas primárias opostas, exteriormente à expressão do aspecto partilhado no campo comum. Mediante tal pseudo-reciprocidade, a expressão de cada um dos campos relacionantes encontra o prolongamento na expressão do(s) correspondente(s). Assim, além de as práticas primárias se relacionarem num aspecto cuja expressão lhes é comum, e que é reforçada pelas expressões dos campos integradores, proliferam expressões que, simultaneamente em cada um dos grandes cones, especificam acessoriamente as expressões das respectivas práticas primárias e lhes conferem uma suplementar correspondência ideológica. À expressão da correspondência entre campos relacionantes chamo moda.

38. Pelo princípio da contradição as expressões ideológicas das práticas são contraditórias e auto-reflexivas, ou pseudo-auto-reflexivas; pelo princípio da oposição são ainda, ao mesmo tempo, hetero-reflexivas. São hetero-reflexivas porque na expressão de cada prática é possível enunciar a(s) da(s) prática(s) oposta(s).

Figuro este carácter como a expressão de uma permanente circulação em torno de um espelho multifacetado. Na distinção entre a oscilação e a circulação figura-se a distinção entre o princípio da contradição e o princípio da oposição. A circulação exprime-se numa nomenclatura desprovida de termos e numa lógica desprovida de conteúdo. Vistas em si mesmas a nomenclatura sem termos e a lógica sem conteúdo seriam uma organização do vazio, o que significa que não podem ser vistas em si mesmas, mas sempre a partir do alheio. Enquanto que, pelo

princípio da contradição, cada prática se projecta contra as outras para nelas se ver a si, pelo princípio da oposição a visão que uma prática oferece às práticas opostas não é a sua própria, mas a das outras; ela não é para ser, é para que outras sejam. Por isso esta nomenclatura e esta lógica aparecem vazias se vistas como expressão apenas da prática em que se suportam; elas são o espelho, que só existe para reflectir o que o defronta. À nomenclatura desprovida de termos e à lógica desprovida de conteúdo chamo arte.

A arte é omnipresente. A expressão artística não é especializada e pode ter ou não um suporte exclusivo. Não existe qualquer prática que, ao mesmo tempo que suscita outras expressões, não suscite também a expressão estética, pois não há prática que não se expresse de uma maneira e essa maneira é a estética; nem as restantes expressões ideológicas existem sem existirem simultaneamente como expressões estéticas; nem pode ocorrer qualquer materialização da ideologia que não constitua, ao mesmo tempo, uma expressão estética; nem a prática que sirva de suporte gestual e cénico à manifestação da ideologia pode deixar de suportar uma expressão estética; e todos os elementos naturais existentes para a prática são investidos, nessa relação, de expressão estética. Nada disto é conteúdo da estética, mas a sua outra inseparável face. Assim como o princípio da oposição se define num movimento inseparável do da contradição, a expressão estética define-se inseparavelmente da restante expressão de toda a prática. A arte não tem conteúdo próprio. A figuração em arte é ilusória e em qualquer estilo ou época deve a arte ser considerada sempre como não-figurativa. Sendo esta nomenclatura desprovida de termos, a arte não dispõe de termos próprios que figure; portanto esta lógica, não podendo servir de paradigma a articulações a instaurar entre termos próprios inexistentes, só no alheio é regra de articulações. A arte não é auto-reflexiva, mas hetero-reflexiva. O conteúdo da arte é o espectador da arte. A expres-

são estética constitui um espelho para a expressão de práticas opostas. Na arte a expressão de cada prática mostra a(s) outra(s), sendo esta a definição do comportamento estético. Portanto a expressão artística, como espelho em que se afirma a expressão de práticas opostas, inelutavelmente se destaca da própria expressão da prática que a suscita; e reflecte-a então, tal como às outras. A partir do momento em que é produzida a arte deixa de ter produtor e todas as expressões de práticas podem nela reflectir-se como espectadoras. A arte é um espelho porque afirma as expressões das práticas opostas; é multifacetada porque todas as expressões ideológicas se lhe opõem, para que as afirme; e trata-se de uma circulação permanente porque todas as expressões de práticas, existindo enquanto expressão estética, reflectem as expressões de práticas opostas, oferecendo-se num momento a uma expressão a face que antes reflectia a outra.

Assim se encerra o círculo vicioso da ideologia. As expressões ideológicas, ao oporem-se às outras, reflectem-nas e, ao mesmo tempo, afirmam-se a si. É na indissociabilidade das expressões dos princípios da oposição e da contradição que a esfera da ideologia se auto-valida. Todas as relações práticas se exprimem, para cada uma dessas práticas, como pertinência da sua expressão. A ideologia constitui deste modo um solilóquio, o que é outra maneira de afirmar a não-causalidade e a não-comunicação na esfera ideológica.

39. Defino a forma ideológica como o componente mínimo de um sistema ideológico, mas sendo já esse componente mínimo um sistema. As formas ideológicas exprimem os modelos mais elementares de relação prática.

As formas ideológicas são as nomenclaturas, as lógicas, os rituais, a naturalização da tecnologia, a naturalização da prática sobre a natureza, os reforços da naturalização da tecnologia, as modas.

40. Os modelos complexos de relação prática, ou seja, todos os modelos não-elementares, exprimem-se na articulação de componentes ideológicos mínimos, ou seja, na articulação de formas ideológicas. Defino formação ideológica como uma articulação de formas ideológicas.

As formas ideológicas são as unidades mínimas das formações ideológicas: as nomenclaturas, como conteúdo enquanto conteúdo; as lógicas, como forma enquanto conteúdo; os rituais, como forma do conteúdo e da forma; as naturalizações e as modas, como forma da forma. O estatuto das formas ideológicas nas formações ideológicas é comparável ao dos componentes na linguagem. Cada formação ideológica é um discurso; o discurso é a linguagem articulada.

41. A articulação da linguagem permite que a linguagem seja utilizada. Se uma articulação ideológica é expressiva de uma dada relação prática, então uma alteração na relação exprime-se por uma alteração na articulação. Por isso cada articulação numa dada formação ideológica confere a uma forma ideológica enquanto significado um sentido específico. Uma formação ideológica não é o enunciado das formas que a compõem; define-se enquanto formação pelo sentido com que articula essas formas. Se, na articulação da linguagem, um sentido específico em que se emprega uma forma ideológica é a negação de todos os outros sentidos, então a organização do discurso assenta no não. O sentido com que uma dada forma ideológica se articula num discurso pressupõe a aprendizagem da negação desse sentido específico nos contextos de outros discursos; assim se exprime na articulação da linguagem o princípio da contradição. Ao mesmo tempo, inseparável do movimento por que a articulação de um discurso nega as dos outros é a especificação das destes nessa negação, permitindo-lhes exprimirem-se negativamente pelo primeiro discurso; assim se exprime na articulação da linguagem o princípio da

oposição. Estes dois inseparáveis princípios básicos da relação das práticas exprimem-se nas regras básicas que estruturam a articulação dos discursos. Se a articulação na esfera da ideologia exprime a relação prática, nunca uma forma ideológica decorre directamente de outra, nem uma formação ideológica decorre directamente de outra. Por isso não há história na esfera da ideologia; a história é uma sequência causal e esta só pode existir na esfera da prática. Não há continuidade de desenvolvimento entre formações ideológicas, pois o emprego numa de uma forma ideológica já utilizada noutra formação implica a definição dessa forma num novo sentido específico. Como o sentido de cada forma é renovado em cada articulação, a não-causalidade na esfera da ideologia implica a não-comunicação na esfera da ideologia.

42. O sistema causal duplo determinação/formas de realização exprime-se ideologicamente na possibilidade de proceder a uma infinidade de articulações entre as formas ideológicas, constituindo-se uma infinidade de formações ideológicas. Para as expressões de cada grande cone de práticas a nomenclatura e a lógica, que são formas ideológicas, fornecem o axioma da articulação de formas em formações ideológicas. Nos limites de cada axioma existem infinitas possibilidades de articulação de formas ideológicas; nos limites de cada forma ideológica expressora de cada determinante existem infinitas possibilidades da sua articulação com as formas ideológicas expressoras das formas de realização dessa determinante. Assim, a dualidade no sistema causal exprime-se na infinidade qualitativa das possibilidades de articulação em sentidos específicos, no interior dos limites qualitativos de cada significado. E o carácter permanentemente expansional dos cones de práticas exprime-se na expansão da infinidade quantitativa das formas ideológicas e na expansão da infinidade qualitativa das suas articulações em formações ideológicas.

A ausência de expressividade na relação entre a determinação e as formas de realização exprime-se ideologicamente pela impossibilidade de extrapolar do axioma para as formações ideológicas a cuja articulação preside; é impossível extrapolar da expressão de qualquer determinante para as formações ideológicas em que se articula. Só a análise particular pode precisar qual o discurso. Não existe nas formações ideológicas qualquer coerência dedutível *a priori* porque a dualidade no sistema causal exprime-se na infinidade de articulações entre as formas ideológicas.

Provida desta estrutura aberta a linguagem é, por isso, ambígua. A ambiguidade da linguagem resulta da definição de um sentido a uma forma ideológica no interior de uma formação ideológica, o qual é distinto do sentido definido à mesma forma ideológica articulada noutra formação ideológica. A ambiguidade exprime a infinidade das relações práticas possíveis, na abertura em que cada prática define um infinito de formas de realização. Sem ambiguidade da linguagem não há utilização da linguagem.

A distinção entre as dominantes e as restantes formas de realização exprime-se pela hierarquização dos componentes das formações ideológicas; nessa hierarquia a vigência de uma forma de realização como dominante exprime-se pelo prevalecimento da sua expressão relativamente às expressões das restantes formas de realização nesse mesmo nível. Enquanto a expressão da determinante marca os limites do significado, a expressão da dominante marca o sentido específico com que, dentro desses limites, se articulam as formas ideológicas. Ter a primazia numa dada hierarquização é conferir o sentido a todas as formas assim hierarquizadas; conferir um sentido é a expressão da realização da prática determinante pela sua forma de realização dominante. Não há formação ideológica sem uma dada hierarquia, e a articulação das formas ideológicas é sempre uma hierarquização dessas formas. Desenvolvendo-se

este processo em todos os níveis de cada cone de práticas em expansão, constituem-se assim, em discursos possíveis de cada vez maior dimensão e amplitude, hierarquias possíveis de cada vez maior complexidade. Os conflitos sociais, enquanto processo de selecção das dominantes, exprimem-se na alteração das hierarquias em que se articulam as formas expressoras das formas de realização entre as quais essas selecções decorrem. O carácter permanente da mutação na relação entre determinações e formas da sua realização, pela inauguração de novos processos de selecção de dominantes, exprime-se na permanente alteração das hierarquias nas formações ideológicas. Como a hierarquização das formas ideológicas é a operação de constituição das formações ideológicas, sem os conflitos sociais não há discurso; a existência de discurso é a expressão da existência dos conflitos sociais.

43. A expressão ideológica da sociedade é simultaneamente pseudo-não-contraditória e pseudo-auto-reflexiva. É pseudo--não-contraditória porque é inversamente expressiva da negação-em-relação, que representa como uma instituição não--contraditória. É pseudo-auto-reflexiva porque é inversamente expressiva da referência de cada aspecto de práticas às práticas que o partilham, a qual representa como um enunciado relativo a si própria.

Figuro este carácter duplo como a expressão de uma sobreposição parcial de oscilações a partir de um centro fictício, representada como uma oscilação própria e única. É o seguinte o mecanismo dessa representação: a referência da expressão de cada zona de sobreposição parcial a uma das tendências existentes nas lógicas expressoras dessas oscilações é representada na fictícia existência de um centro próprio; este centro fictício é ficticiamente localizado na linha mediana de todas as zonas de sobreposição parcial das oscilações, que corresponde ao eixo em torno do qual a sociedade articula as instituições;

mediante a representação da existência de um centro as zonas de sobreposição parcial de oscilações representam-se como uma oscilação única; e as tendências expressoras de cada aspecto partilhado pelas oscilações parcialmente sobrepostas representam-se como expressão de uma oscilação própria e completa, anulando-se assim as outras tendências contidas nas lógicas expressoras dessas oscilações. Enquanto os campos se exprimem pelo reforço das tendências expressoras de cada aspecto partilhado pelas práticas e pela atenuação das restantes tendências, a sociedade exprime-se pela anulação de todas as tendências que não correspondam aos aspectos partilhados pelas práticas; a sociedade consiste no movimento de articulação das instituições em torno do eixo já definido e por isso não se resume a esse eixo, exprimindo-se no entanto inversamente como redução de todas as formas ideológicas às formas expressoras dos campos, pelo que se anula nessa representação a contraditoriedade das práticas a que cada campo se refere. Sendo um movimento de articulação de práticas já definidas, a sociedade não se exprime em qualquer forma ideológica própria, e sim pela articulação de formas já definidas, que representa porém como uma forma própria. É o seguinte o mecanismo dessa representação: A fictícia oscilação única exprime-se ideologicamente como uma pseudo-lógica; trata-se de uma lógica fictícia, pois cada lógica exprime a entrada em contradição de uma classe social com a(s) outra(s). O fictício centro próprio exprime-se ideologicamente como uma pseudo-nomenclatura; trata-se de uma nomenclatura fictícia, pois uma nomenclatura exprime a posição de uma classe social, inseparável da sua existência em contradição. A pseudo-nomenclatura e a pseudo-lógica constituem um axioma, que preside a um tipo de articulação de formas ideológicas. A articulação de formas ideológicas expressora das operações do sistema causal constitui formações ideológicas a partir de cada um dos grandes cones de práticas, onde esse sistema de causalidade se define; a cons-

tituição da sociedade exprime-se numa outra articulação de formas ideológicas, representando a extremação da negação-em-relação entre os grandes cones de práticas consoante um axioma próprio. Assim, a articulação das formas ideológicas consoante este axioma que preside à expressão da sociedade define novos sentidos específicos no significado de cada uma dessas formas, pelos quais se anulam na expressão ideológica de todas as práticas as tendências em que se exprime a contraditoriedade das relações em que se encontram. A situação de máxima coesão institucional em que consiste a sociedade exprime-se na representação da negação-em-relação mediante a sua redução à expressão de uma fictícia instituição não-contraditória. O axioma que preside à expressão da sociedade articula formas ideológicas já existentes e, portanto, apenas pode ser definido ao nível das formações ideológicas; mas representa-se, na fictícia não-contraditoriedade das formações ideológicas a cuja articulação preside, como uma fictícia forma ideológica. A esse axioma representado enquanto forma ideológica chamo moral.

Sendo a sociedade a situação extrema no movimento da prática de oposição, a moral representa de modo extremado a expressão em cada prática da(s) expressão(ões) da(s) prática(s) oposta(s). Essa extremação exprime-se pela inversão da expressão da prática de oposição. A moral é a inversão da arte. Enquanto pela arte a expressão de cada prática mostra a(s) outra(s), pela moral a expressão de cada prática afirma-se como sendo a(s) outra(s), o que é o mesmo que dizer que afirma a(s) outra(s) como sendo ela própria. A moral exprime a negação-em-relação entre os grandes cones de práticas mediante uma representação comum, todas as práticas representando-se como uma única. Nesta anulação da diferença, a situação de máxima coesão institucional que a sociedade constitui representa a pluralidade de práticas como uma unidade não-contraditória.

44. A permanente tensão da esfera institucional na conjugação do princípio da contradição com o princípio da oposição exprime-se pela obediência da articulação das formas ideológicas a axiomas concorrentes: uns presidem às formações ideológicas a partir de cada grande cone de práticas; o outro preside às formações ideológicas expressoras da negação-em-relação entre os grandes cones de práticas. A permanente tensão entre os axiomas concorrentes constitui um princípio fundamental de articulação nas formações ideológicas.

Tanto a classe social explorada como a(s) classe(s) social(is) exploradora(s) produzem expressões ideológicas críticas; a crítica é a expressão do princípio da contradição. Porém, a assimetria entre as classes sociais leva em cada caso ao prevalecimento de um axioma de tipo diferente. As expressões ideológicas prevalecentes a partir do(s) grande(s) cone(s) de práticas que tem(êm) como vértice classe(s) social(is) exploradora(s) obedecem ao axioma da moral; as relações sociais suscitadas pela(s) classe(s) exploradora(s) existem sobretudo enquanto sociedade e assim se representam. As expressões ideológicas tendencialmente prevalecentes a partir do grande cone de práticas que tem como vértice a classe social explorada obedecem ao axioma da sua nomenclatura e da sua lógica próprias. Mas se a classe social explorada não pode afirmar a plenitude da sua existência sem negar a sua existência na relação de exploração, que a despossui de parte de si própria, então a classe explorada afirma-se a si, negando-se a si. A classe explorada distingue-se, portanto, pela tendência à produção de expressões ideológicas auto-críticas. As tendências existentes na lógica expressora da oscilação da classe explorada vão desde a afirmação crítica, em que se exprime a articulação contraditória da classe explorada no campo comum, até à negação auto-crítica, em que se exprime a sua completa existência não-alienada. A expressão da classe social explorada está tensa entre a obediência ao axioma que preside à expressão

da sociedade e a obediência ao axioma que preside à expressão do movimento que leva à ruptura da sociedade. Assim, a classe social explorada conjuga duas expressões ideológicas totais, tendendo a prevalecer a expressão da negatividade na prática de contradição, que preside às formações ideológicas expressoras de um futuro possível, implicado desde já na revolta presente. Para a classe explorada a expressão do futuro possível não é utópica; ela é a expressão de um dos dois momentos do presente.

O movimento de ruptura da sociedade exprime-se na anulação das modas, rompidas pela referência de todas as expressões em cada grande cone de práticas ao axioma expressor da contraditoriedade da exploração; exprime-se na anulação da naturalização da tecnologia e dos sucessivos reforços ideológicos dessa naturalização, pelo prevalecimento do axioma expressor da contraditoriedade na prática de exploração; exprime-se na anulação da naturalização da prática sobre a natureza, o que se repercute numa crise das ciências da natureza, que passam a exprimir a reorganização do mundo natural como decorrente das contradições sociais. Esta acentuação do movimento da prática de contradição relativamente ao da prática de oposição exprime-se na suspensão da reflexão da expressão de uma prática inserida num grande cone de práticas pela expressão de outra prática inserida noutro grande cone. A circulação dos reflexos estéticos passa então a ocorrer exclusivamente entre práticas inseridas no mesmo grande cone; a arte rompe-se em artes, cada uma exprimindo o aumento da coesão das práticas no interior de cada grande cone e o simultâneo agravamento da contradição entre eles. Assim, a suspensão do campo comum exprime-se ainda pela ruptura da estética em que se exprime o processo de produção, e que é o urbanismo. A produção, transferência e apropriação dos meios que sustentam a existência e a reprodução de todas as práticas exprime-se esteticamente na maneira como se organiza e constrói o *habitat*. A ruptura do

processo de produção desagrega o *habitat*, e o que fora uma unidade urbanística integrada converte-se na contradição de elementos cindidos. Este desenvolvimento pela classe social explorada da afirmação da sua plenitude, tendendo a eliminar a sociedade e a substituir-lhe um novo modo de existência total, exprime-se na tendência à resolução da tensão em que se encontram as formações ideológicas, entre o axioma expressor do movimento da prática de contradição e o axioma que preside às expressões da situação extrema no movimento da prática de oposição. A ruptura da sociedade exprime-se como repúdio da moral.

45. A ideologia constitui-se no uso da linguagem, o que permite o estabelecimento de métodos que identifiquem *a posteriori*, no interior das formações ideológicas, as formas ideológicas enquanto unidades mínimas.

Do carácter axiomático de cada nomenclatura e de cada lógica resulta a sua difusão, ocorrendo enquanto formas ideológicas em todas as formações ideológicas a cuja articulação presidem. Por seu turno, o axioma que preside à expressão da sociedade articula sempre as tendências lógicas expressoras da naturalização da tecnologia e da naturalização da prática sobre a natureza. Ora, quanto mais constante se torna a invocação de uma forma ideológica, tanto menos explícita ela é; se o sentido com que uma dada forma ideológica se articula num discurso pressupõe a aprendizagem da negação desse sentido específico nos contextos de outros discursos — então, quanto mais repetida é a afirmação-pela-negação no emprego de uma dada forma ideológica, mais essa afirmação é pressuposta; a explicitude da afirmação é a outra face da insuficiência da negação. Por isso, tanto a reprodução de cada um dos grandes cones de práticas em relação-de-negação, como a reprodução da extrema negação-em-relação que constitui a sociedade são inversamente expressoras, mediante a atenuação ideológica dos seus funda-

mentos enquanto fundamentos, representando-se a reprodução das classes sociais e da sociedade como não se fundando sobre nada. Porém, a assimetria entre as classes sociais exprime-se na permanente tensão da classe explorada entre a sua expressão crítica no campo comum e a sua auto-crítica enquanto classe. Esta auto-crítica constitui a expressão do movimento que leva à ruptura da sociedade e é, assim, expressão de um futuro possível, ou seja, a completa re-estruturação da esfera institucional exprimindo-se numa totalidade ideológica nova. O desenvolvimento deste movimento de ruptura da sociedade exprime-se em articulações ideológicas novas, por isso mesmo explícitas e que, para se explicitarem, requerem a negação explícita dos sentidos das outras articulações; reciprocamente, estas explicitam então os seus sentidos, na expressão do princípio da oposição. Só a expressão da ruptura da sociedade explicita, ao mesmo tempo que a si mesma, a expressão do fundamento das classes sociais e a expressão da sociedade; então, na expressão de cada classe social, nos discursos expressores do desenvolvimento da ruptura da sociedade, essas formas ideológicas podem ser identificadas e definidas como unidades mínimas.

Um método equivalente permite identificar e definir as outras formas ideológicas. Se a alteração da hierarquia em que se articula um discurso exprime os conflitos sociais enquanto processo de selecção de uma nova dominante — então é na nova articulação que, no novo sentido que define, a forma ideológica que passa a ocupar a primazia requer, para se explicitar, a negação explícita dos sentidos das outras articulações; reciprocamente, estas explicitam então os seus sentidos, na expressão do princípio da oposição.

Tanto este método como o anterior têm como regra a de que o desenvolvimento dos confrontos sociais, na forma menor dos conflitos sociais ou na forma máxima da ruptura da sociedade, se exprime na clarificação da expressão ideológica. Sem

confrontos sociais não há discurso, nem explicitação no discurso.

46. Os elementos da natureza são objecto de relação por parte da esfera das instituições. Na esfera das instituições as práticas são sujeitos. A ideologia é objecto de expressão por parte da prática; e nesta esfera da ideologia cada indivíduo é sujeito. Assim se define uma dualidade na esfera da ideologia, onde objectos e sujeito se articulam. As três grandes esferas estruturam a totalidade de uma forma assimétrica.

47. O que na esfera da ideologia é o indivíduo define-se, na esfera das instituições, como um percurso através de instituições distintas e contraditórias e através de campos distintos, sem que nenhuma instituição específica unifique ou fique a assinalar tal percurso; o percurso fragmenta-se por instituições e por campos, sem que resulte em qualquer institucionalização, nem própria e imediata, nem referencialmente. Os indivíduos não são sujeitos práticos, nem aspecto de sujeitos práticos. Na esfera das instituições o indivíduo não existe como individualidade, não existindo aí portanto indivíduo.

48. Os percursos não se figuram como oscilações, nem como movimentos de circulação; o perfil dos percursos é do tipo do resultante do movimento browniano. Nem a atracção de um dado percurso por dadas instituições e campos é constante, nem a sua travessia de instituições e campos ocorre consoante qualquer ritmo regular; e o permanente desencadear de processos de selecção de novas dominantes cria permanentemente novos pólos de atracção, acentuando a variabilidade de cada percurso. Um percurso nunca volta a atravessar do mesmo modo e na mesma sequência as mesmas instituições e campos. Cada percurso constitui uma dispersão susceptível de ser interpretada apenas pelo probabilismo estatístico, sem que

nenhuma fracção do perfil do percurso sirva de modelo ao restante. O desenvolvimento de cada percurso é, por isso, imprevisível.

A maioria dos percursos ocorre entre cada uma das práticas primárias e formas dominantes em cada grande cone de práticas e campos em que se articula a contraditoriedade desses grandes cones. Assim estes percursos, estatisticamente considerados, revelam em cada momento as principais relações práticas, indiciando a constituição da sociedade ou a sua ruptura. A máxima coesão institucional possível é indiciada estatisticamente pela máxima frequência com que percursos atravessam instituições inseridas em grandes cones de práticas distintos e campos onde partilham aspectos essas instituições; a ruptura da sociedade é indiciada estatisticamente pela máxima frequência com que percursos atravessam a prática primária num grande cone de práticas e as práticas secundárias que a especificam, à exclusão dos campos e do(s) outro(s) grande(s) cone(s) de práticas.

49. Enquanto unidade — portanto, enquanto individualidade — o indivíduo apenas tem existência ao nível bio-psicológico.

Só se define um indivíduo para as expressões daqueles momentos repartidos de práticas e aspectos de práticas porque existe o cérebro humano. É a partir da distinção entre o processo de produção de imagens, inseparável da acção física na unidade da prática, e o processo de produção de sistemas mentais, constituinte da esfera da ideologia, que se pode distinguir entre a fragmentação do percurso por práticas e aspectos de práticas, e a subsequente unificação individual das expressões das instituições e campos atravessados. E se o cérebro fosse biologicamente diferente procederia a cortes distintos no contínuo de relações físicas e químicas em que se articula no meio circundante, resultando na representação de um eu diferente e com amplitude diferente. E se houvesse transmissão de

pensamentos involuntária, permanente e geral a humanidade definir-se-ia a si própria como um indivíduo único e os conflitos que são sentidos entre indivíduos seriam interiorizados como doenças no seio de uma mesma individualidade. E se houvesse em cada corpo humano mais de um centro cerebral o indivíduo definir-se-ia a si próprio como mais de um indivíduo e as doenças seriam exteriorizadas como conflitos sentidos entre indivíduos. **O indivíduo é o processo bio-psicológico de uma inelutável fragmentação. O eu só existe enquanto saltos ideológicos entre expressões de instituições e campos distintos.** Penso, logo não existo; penso, logo existo enquanto eu só como processo de pensamento.

50. **O estatuto do indivíduo na esfera da ideologia é o da mimetização das expressões das instituições e dos campos que o percurso atravessa.** Porque não se refere a uma realidade institucional própria, o indivíduo não constitui a expressão dessas instituições e campos; **o indivíduo reproduz como suas as expressões de relações práticas já-dadas. O que distingue o mimetismo de cada expressão original é a unificação individual das expressões.** A função do indivíduo não é a de expressão, mas a de unificação; a individualidade é a representação ideológica da unidade onde apenas existe fragmentação e dispersão práticas. A mimetização consiste na articulação das expressões por um modo que inverte a formação ideológica em representação. O indivíduo representa a sua inexistência institucional e a fragmentação prática do percurso como um institucionalmente existente e uno. Este carácter inversamente expressivo é sinónimo da unidade do eu. Um indivíduo é uma formação ideológica.

A hierarquização de formas ideológicas no interior de uma formação ideológica individual exprime a conjugação da sucessão de instituições e campos atravessados com a frequência com que são atravessados, revelando-se assim a força atractiva

exercida por cada instituição e campo enquanto pólos no percurso; a maior capacidade de atracção exercida por um dos pólos exprime-se no lugar hierarquicamente prevalecente que a forma ideológica sua expressora ocupa na formação ideológica individual. A permanente mutabilidade de hierarquia das formas ideológicas no interior das formações ideológicas individuais exprime a variabilidade de cada percurso e a imprevisibilidade do seu desenvolvimento.

51. A formação ideológica individual representa uma unificação inexistente na esfera das instituições. Cada percurso atravessa práticas em relação de contraditoriedade. O eu articula a expressão de práticas contraditórias na representação de uma unidade. Assim, o indivíduo enquanto formação ideológica é internamente contraditório, e a consciência de si é a crítica pela expressão de cada parte do percurso às expressões das outras partes.

A individualidade articula as representações das momentaneidades de um percurso com a memória das representações suscitadas por esse percurso; a expressão de cada momento de um percurso é, na representação individual, a totalidade das expressões do percurso até então percorrido. Quando um percurso atravessa uma relação prática cuja contraditoriedade é particularmente penosa, essa angustiante contraditoriedade exprime-se pela conversão da sua expressão em complexo. O complexo é o modelo que passa a presidir à conversão em representação individual das expressões suscitadas pelo posterior desenvolvimento do percurso. O complexo não rege expressões, que são sempre expressões de práticas já-dadas e não são causadas ao nível da ideologia; rege a conversão das expressões em representação, constituindo assim a forma de articulação do indivíduo enquanto unidade ideológica. O indivíduo nem se lembra do que quer, nem como quer. A memória não é uma expressão do passado, mas uma outra representação

do presente, sob a forma de invocação do passado. Cada indivíduo consiste na articulação de uma memória *a posteriori* com uma memória formal vazia, que é o complexo enquanto *a priori* da representação individual das expressões da contraditoriedade prática do percurso.

Quanto maior for a contraditoriedade entre as práticas atravessadas por um percurso, tanto mais a formação ideológica individual é obrigada à representação da coerência. O carácter fechado e esclerosado de uma formação ideológica individual exprime o carácter contraditório das práticas que um percurso atravessa. Quando do elevado grau de contraditoriedade entre as práticas atravessadas por um percurso resulta a dificuldade na representação ideológica da coerência, ocorre a neurose; quando do muito elevado grau de contraditoriedade entre as práticas atravessadas por um percurso resulta a incapacidade de representação ideológica da coerência, ocorre a psicose. Quanto menor for a contraditoriedade entre as práticas atravessadas por um percurso, tanto menos a formação ideológica individual é obrigada à representação da coerência. O carácter aberto e maleável de uma formação ideológica individual exprime o carácter minimamente contraditório das práticas que um percurso atravessa.

Em cada formação ideológica individual existe uma articulação entre as representações das instituições que no percurso assumem a maior contraditoriedade recíproca. Essa articulação é inversamente expressiva: a articulação entre expressões maximamente contraditórias reproduz-se, na unidade do eu, como eliminação dessa máxima contradição e, portanto, como anulação das expressões contraditórias; a unidade individual representa-se como um silêncio no ponto em que mais drástica for a contraditoriedade das expressões da fragmentação prática. A esta articulação em cada formação ideológica individual chamo ponto-vazio. Para o próprio, o ponto-vazio não é um silêncio, mas uma inexistência. Porém, essa inexistência existe;

o silêncio existe pelo sistema contraditório em que se articula. Uma existência que se representa como uma inexistência — é esta a definição do inconsciente. O ponto-vazio é o inconsciente. O ponto-vazio é o local da máxima inconsciência do eu sobre si próprio que, ao mesmo tempo, enquanto condição da unidade do indivíduo, constitui o local da máxima existência do eu. Porque o eu só existe enquanto eu no processo de pensamento, o âmago da individualidade é o não-pensamento.

52. Se o indivíduo, enquanto sujeito ideológico, não se refere a nenhum sujeito prático uno, então o indivíduo não é causa nem condicionante do seu comportamento. O indivíduo não possui comportamento próprio; o seu comportamento é o das práticas e aspectos de práticas que o percurso atravessa. E se não há causalidade da ideologia sobre a prática, então não há causalidade da formação ideológica individual sobre a diversidade de instituições e de campos que o percurso atravessa. Desprovida a formação ideológica individual de correspondência a uma prática una e desprovida de eficácia sobre a prática, a problemática da liberdade revela-se ilusória. A liberdade é um erro de sujeito. O percurso atravessa comportamentos práticos a despeito da existência ideológica do indivíduo, e não em virtude dela. O grande paradoxo dos indivíduos é o de serem unidades individuais ideologicamente e ao mesmo tempo referirem-se a uma prática fragmentária e dispersa, pela prática das instituições e campos que os percursos atravessam. Por isso os indivíduos receiam a morte. O sentido da eternidade resulta do facto de muitas instituições e campos que um percurso atravessa perdurarem para além dos limites biológicos humanos, que marcam o tempo de existência possível das representações de cada percurso. O paradoxo resultante de o percurso atravessar a perenidade de tantas instituições e campos, sem que o eu possa partilhá-la por ser meramente bio--psicológico, é o grande tema de todas as formações ideológi-

cas individuais. O medo da morte é a outra face da ilusão da liberdade.

Do mesmo modo não existe causalidade interna a cada formação ideológica individual. As formas ideológicas articuladas numa formação ideológica individual não decorrem umas das outras; articulam-se na representação de uma unidade porque o percurso se fragmenta nas práticas e aspectos de práticas expressos nessas formas e cada percurso suscita uma diferente articulação. Por isso não existe qualquer relação imediata entre as formas articuladas, que não se organizam reciprocamente em nenhum sistema causal.

53. Não existe causalidade interna a cada formação ideológica individual. Não existe por isso comunicação entre formações ideológicas individuais, tal como não existe comunicação em toda a esfera da ideologia. E onde a causalidade vigora, nas relações práticas, não é uma comunicação, mas uma unificação, que ocorre. Na prática, porém, os percursos são fragmentados e, portanto, o indivíduo enquanto unidade é não-existente. Onde os indivíduos existem, enquanto unidades ideológicas, não há unificação nem comunicação.

Cada formação ideológica individual constitui o isolamento do eu. Quando um indivíduo narra a outro uma situação em que o auditor não participou, a situação relatada é interpretada pelo auditor no contexto das expressões das situações experimentadas no percurso a que ele próprio corresponde. A narração emitida por outro não comunica a experiência do percurso que lhe é correspondente; pelo contrário, é o *écran* em que quem ouve projecta a expressão da experiência do percurso próprio. Se não existe comunicação na esfera da ideologia, então a linguagem põe em comum a inelutável individualidade. A representação ideológica de um indivíduo nunca é sujeito para a de outro indivíduo, mas sempre objecto; para uma formação ideológica individual o único sujeito é ela própria. Quando

vários indivíduos empregam o mesmo elemento de discurso, cada um especificando-o num sentido próprio, estão a demonstrar, sob a aparência da comunidade (a identidade do elemento empregue), a efectividade da diferenciação (a não-identidade dos sentidos em que o elemento é articulado). Com esta ambiguidade conjuga-se a contraditoriedade: para um discurso individual, empregar as unidades de significado de discursos alheios, mas negando-lhes os sentidos em que aí são empregues, é projectar, contra as restantes representações, a individualidade da representação da experiência do percurso a que corresponde. Quanto maior for o número de situações narradas a um auditor e por este não participadas, tanto mais numerosas são as interpretações a que o auditor tem de proceder em função da representação das experiências do percurso que lhe é correspondente; e, em consequência, tanto mais especificada se torna a formação ideológica individual. Assim, do aumento quantitativo da emissão inter-individual de discursos resulta a intensificação qualitativa de cada formação ideológica individual. Esta intensificação qualitativa não resulta de qualquer comunicação, mas precisamente da reafirmação do inelutável isolamento do eu. E o isolamento não resulta de qualquer exclusão, mas é a própria forma de emissão inter-individual.

A eventual consonância de formações ideológicas individuais não resulta de qualquer comunicação entre elas, sendo a expressão em cada um desses indivíduos da prévia comunidade de práticas e/ou aspectos de práticas atravessados pelos percursos. À consonância de discursos individuais chamo sinal. O sinal é sensível apenas na esfera da ideologia; ele é expressão, e não causa, da comunidade prática. Não há causalidade da ideologia sobre a prática. A comunidade e o afastamento dos percursos e as inflexões dos seus perfis só ocorrem e são causados na esfera da prática. Cada indivíduo define-se, pelo princípio da contradição, como negação dos restantes. O eu é exclusivo. Assim, sendo cada percurso distinto de qualquer

outro, a comunidade prática só pode ser parcelar, relativa a momentos de percursos. Ela exprime-se na comunidade de formas ou de formações ideológicas fragmentárias no interior de formações ideológicas individuais globalmente distintas. O sinal opera apenas relativamente a expressões de momentos de percursos, consistindo numa identidade de articulação em fragmentos de cada discurso. Quando emitido com continuidade, o sinal pode revelar a tomada de consciência por parte de indivíduos de que os percursos atravessam em comum instituições e/ou campos, reforçando-se a partir de então a expressão dessa comunidade prática, mediante uma acentuação da consonância na articulação de fragmentos dos discursos individuais. Quando ocorre uma interrupção na emissão do sinal, essa interrupção pode revelar a tomada de consciência por parte de indivíduos de que os percursos divergem, reforçando-se a partir de então a expressão desse afastamento prático, mediante uma acentuação da dissonância na articulação dos discursos individuais.

Na expressão simultânea dos princípios da contradição e da oposição cada formação ideológica individual é contraditória e hetero-reflexiva. A inelutável distinção entre o eu e o outro é o que permite a cada um ver-se. Se vemos pelo outro, procuramos nele o espelho perfeito e negamos o outro para afirmá-lo como espelho do eu; como o espelho não se anula, como é impossível passar-se para o lado de lá e fundir-se com a imagem, afirma-se o outro ao afirmarmo-nos nele enquanto espelho. Se cada percurso é distinto dos restantes, se a comunidade prática se limita a momentos de percursos, então a relação sexual é o momento em que a comunidade prática se intensifica pela interpenetração e a fusão físicas. A expressão ideológica do orgasmo exprime essa intensificação representando aquela comunidade pontual como uma comunidade global; na representação desta fictícia comunidade entre as totalidades de cada percurso é ainda o eu que se afirma no(s)

outro(s); a representação da comunicação plena não é mais do que a expressão inversa da exclusividade global de cada indivíduo. O orgasmo representa-se como a totalidade do único porque o amado é o espelho do eu.

54. Aquele percurso que, na sucessão das instituições e campos que o atraem, melhor corresponde às selecções de dominantes em dados sistemas de determinação/formas de realização e às relações contraditórias entre dadas práticas é o primeiro a atravessar qualquer dessas práticas e aspectos de práticas. Como cada percurso globalmente considerado é distinto de todos os outros, essa prioridade só pode definir-se para fracções de percurso. A anterioridade num percurso parcial confere ao percurso global em que essa fracção se integra a superioridade relativamente aos restantes percursos que integram a mesma fracção. Ao indivíduo correspondente a um percurso que, durante uma fracção do seu desenvolvimento, assim detém a superioridade pela anterioridade chamo vanguarda. Não podendo a comunidade prática ser mais do que parcelar, nenhuma vanguarda é exclusiva nem perene. Defino massas, em cada momento, como não-vanguarda.

Na emissão do sinal, que indica o prévio atravessamento das mesmas práticas e/ou aspectos de práticas por fracções dos percursos correspondentes àqueles indivíduos que o emitem, é o emissor de vanguarda quem assume a superioridade sobre os restantes. Essa superioridade consiste na inauguração da emissão do sinal e, portanto, no fornecimento da forma ou formação ideológica a articular nos discursos de massas; o que pode ser definido de outro modo: a superioridade consiste na anterioridade com que no discurso de vanguarda, relativamente aos discursos de massas, se articula a representação de uma fracção de percurso. À inauguração da emissão do sinal corresponde a articulação de um fragmento do discurso de vanguarda no interior dos discursos de massas. À operação pela

qual um fragmento de um discurso individual se articula no interior de outro discurso individual chamo assimilação. Ao articularem-se em outra formação ideológica individual, os fragmentos de formações ideológicas vão inserir-se noutra hierarquização global e assumem assim novo sentido específico.

O emissor de vanguarda está permanentemente tenso entre a expressão da comunidade de práticas e/ou aspectos de práticas atravessados, em que consiste o sinal, e a expressão da prioridade nessa fracção de percurso, em que consiste a inauguração da emissão do sinal. Esta indistinção (identidade de fragmentos de discurso) mediante a distinção (superioridade nessa identidade) define a articulação entre vanguarda e massas. Reciprocamente as massas, ao articularem no seu discurso um fragmento do discurso de vanguarda, afirmam nessa assimilação a distinção entre ambas; mas como a assimilação supõe a identidade dos fragmentos articulados, a distinção é representada como indistinção. Quanto mais acentuada for a distinção, tanto mais extremada é a sua representação como indistinção. Assim, os indivíduos das massas, ao representarem-se indistintos da vanguarda, apresentam-se em articulações de fragmentos de discursos que exprimem cabalmente a superioridade da vanguarda; por isso o discurso de vanguarda assimila por seu turno esses fragmentos dos discursos de massas.

Ao indivíduo correspondente a um percurso que atravessa uma instituição dominante sem atravessar a determinante dessa dominante chamo intelectual. O público desse intelectual define-se por os percursos atravessarem tanto essa mesma instituição dominante como a sua determinante. O discurso de intelectual está permanentemente tenso entre a expressão da comunidade no atravessamento da instituição dominante e a expressão da não-comunidade pelo não-atravessamento da instituição determinante dessa dominante. Esta indistinção mediante a distinção define a articulação entre intelectual e público. Ao assimilarem nos seus discursos o fragmento do

discurso do intelectual expressor da travessia em comum da instituição dominante, os indivíduos do público representam como uma indistinção a sua distinção relativamente ao intelectual. Reciprocamente estes fragmentos dos discursos do público são assimilados no discurso do intelectual e nessa articulação a expressão da travessia em comum da prática dominante representa-se como uma fictícia comunidade de travessia da prática determinante.

A conjugação da sucessão de operações de assimilação recíprocas e alternadas entre vanguarda e massas e entre intelectual e público constitui, para cada formação ideológica individual, a expressão da inseparabilidade dos princípios da contradição e da oposição. Os fragmentos de discurso que se articulam em cada indivíduo são, assim, procurados em discursos alheios; cada indivíduo representa-se modificando os sentidos de representações de outros. E como os fragmentos de cada discurso se encontram noutros, na representação de uma fictícia comunidade o indivíduo exprime o seu inelutável isolamento. Por isso a sociabilidade é o veículo da intransponível individualidade.

55. Quando num percurso não existe nenhum momento em comum com outro, não é possível a articulação de um fragmento idêntico nos discursos individuais que lhes correspondem; o alheamento em que estes discursos se encontram, não se processando entre ambos quaisquer operações de assimilação, implica que para cada um deles o outro não existe. A existência recíproca de discursos individuais supõe a realização entre eles de operações de assimilação. Porém, como a comunidade entre percursos apenas se pode definir para fracções, quando em discursos individuais ocorre a articulação de fragmentos idênticos esses elementos reciprocamente assimilados definem-se em sentidos específicos, pela negação em cada discurso do carácter exclusivo do(s) outro(s) globalmente considerado(s).

As operações de assimilação referem-se à identidade de elementos de discursos, mas processam-se no contexto geral da negação por cada discurso dos elementos de outros enquanto elementos de uma globalidade. O âmago de cada discurso individual global é o seu ponto-vazio. Para a globalidade de um discurso, negar a globalidade de outro é, em primeiro lugar e principalmente, negar-lhe aquele silêncio e reduzi-lo à efectiva articulação de expressões maximamente contraditórias. Só a articulação ideológica de outro pode transformar o meu silêncio em discurso, mas esse é já o discurso do outro; para cada outro o meu silêncio soa como um discurso diferente. Ao articular assim no seu consciente a desarticulação dos inconscientes alheios, cada indivíduo explicita as expressões ideológicas que aí se silenciam; desta rearticulação resulta a rearticulação da globalidade de cada discurso alheio, podendo então ser identificadas e definidas, nas formações ideológicas individuais dos outros, as formas ideológicas que as compõem.

Só porque as práticas atravessadas por um percurso se definem por negação das atravessadas por outros é que os indivíduos que correspondem a esses percursos podem desarticular reciprocamente os discursos e explicitá-los. Esta clarificação da expressão ideológica exprime, portanto, os confrontos entre as práticas atravessadas. Sem confrontos sociais não há discurso, nem explicitação no discurso.

56. A problemática da previsão, incluindo a sua formulação subconsciente, ou seja, a premonição, decorre da definição de indivíduo. Se não há causalidade da formação ideológica individual sobre as instituições e campos que o percurso atravessa e se o indivíduo não se refere a nenhum sujeito prático uno, então o desenvolvimento de cada percurso é imprevisível. A problemática da previsão resulta da contradição entre a representação individual do percurso passado e a ignorância das expressões das instituições e campos a atravessar no percurso

futuro; a problemática da previsão resulta da inexistência de qualquer forma bio-psicológica simétrica da memória.

A problemática da previsão ocorre perante a existência de diferentes sistemas temporais, definidos pelo ritmo das operações de cada processo de selecção de dominante. Todos os momentos e processos práticos cujas expressões são ditas previsíveis inscrevem-se em sistemas temporais de ritmo mais amplo do que a duração da fracção de percurso em cuja representação o indivíduo enuncia a previsão. Um indivíduo correspondente a um percurso que, no seu conjunto ou em grande parte, atravesse uma dada instituição ou campo na vigência de um mesmo sistema temporal exprime essa continuidade como identidade da instituição ou do campo e representa essa identidade mediante a previsão. Não se trata de uma previsão (do futuro), mas da expressão (do presente) invertida numa representação (do presente como futuro). Aquilo que o indivíduo prevê como futuro é a presença do passado; a individualidade articula as expressões das momentaneidades de um percurso com a memória das representações suscitadas por esse percurso e a previsão é a projecção da memória. A previsão consiste na inversão da expressão de uma relação causal realizada, em representação de uma relação causal potencial. A previsão é impossível, em cada nível de um cone de práticas, quanto à inauguração de um novo processo de selecção de dominante e ao novo sistema temporal por ele estabelecido; só após a inauguração do novo processo de selecção, e se o seu sistema temporal for de ritmo amplo, pode o indivíduo formular novas previsões, que são a representação das expressões do novo processo em curso. E a previsão é impossível em relação a sistemas temporais de ritmo mais breve do que a duração da fracção de percurso em cuja representação o indivíduo haveria de enunciar a previsão. A previsão é, assim, impossível para a grande parte das relações práticas.

57. A probabilidade é a previsão possível. A probabilidade representa a fragmentação de cada percurso entre processos de selecção de dominante definidores de sistemas temporais diferentes. A probabilidade consiste na representação *a priori* da média ponderada, expressa *a posteriori*, entre a previsão das expressões de momentos e processos práticos inscritos em sistemas temporais de ritmo amplo e a imprevisibilidade das expressões de momentos e processos práticos inscritos em sistemas temporais de ritmo breve. Representada *a priori*, nessa média articula-se a expressão da reprodução dos momentos e processos práticos inscritos em sistemas de ritmo amplo, com a expressão dos limites no interior dos quais, nos sistemas de ritmo breve, podem organizar-se as imprevisíveis selecções de dominantes. A probabilidade é esta articulação entre a certeza e os limites da imprevisibilidade.

58. Se a existência individual se define apenas na esfera da ideologia, se no sistema de causalidade se define o processo do conjunto das relações práticas, se a probabilidade é a representação desse processo, então é pela probabilidade que o indivíduo representa ideologicamente o desenvolvimento do percurso na esfera das instituições. Pela probabilidade o indivíduo representa a sua inserção na totalidade — e é este o drama dos indivíduos. Pela capacidade de previsão dos limites da imprevisibilidade e a simultânea incapacidade de previsão das expressões das relações práticas inseridas nesses limites, os indivíduos podem representar a história, mas não o seu próprio lugar na história.

59. A imaginação conjuga a representação do passado como um futuro e do eu como outros. A imaginação representa o momento presente de um percurso mediante uma selecção da memória das representações suscitadas por esse percurso e inverte essa selecção como representação de um futuro alter-

nativo. Assim, imaginar não consiste em inventar o que um percurso nunca tenha atravessado, mas em representar como futuro possível fragmentos de representações do passado. Por isso, pela imaginação cada indivíduo ilude a incerteza do seu lugar histórico. Nesta operação a imaginação opõe-se aos discursos individuais alheios vendo, na representação de representações do percurso a que corresponde, a representação das expressões de percursos a que outros correspondem. Assim, imaginar não consiste em apropriar expressões articuladas por outros, mas em exprimir a distância prática entre percursos mediante a representação dessa distância como preenchida; a imaginação não assimila fragmentos de discursos individuais alheios, mas extrema o princípio da oposição, afirmando-se o eu como sendo outros. Por isso, pela imaginação cada indivíduo, empregando os mesmos mecanismos da moral, ilude a representação da moral. Porém, no movimento inseparável do da oposição, a contradição especificá a expressão de cada momento num percurso como expressão dessa momentaneidade e especifica o discurso individual que nesse momento se representa como representação desse indivíduo. Por isso a excitação passa e, nem transmutadas as expressões dos tempos nem as individualidades, reafirma-se o inelutável isolamento do eu em cada um dos seus momentos.

A imaginação é a forma poética — lúdica ou trágica — da probabilidade. O desejo é uma representação da imaginação, supondo-lhe uma fictícia capacidade causal. Portanto o desejo é uma imaginação com esperança e a imaginação é um desejo sem esperança.

Todas as representações do futuro são variantes da probabilidade.

60. A verdade não se refere à adequação da prática ao seu objecto. O objecto da prática é-lhe exterior, mas não exógeno; não é o objecto que exige a prática, mas a prática que se

objectiva no seu objecto. O que conhecemos enquanto idêntico em elementos distintos é a identidade da expressão da prática que neles é prosseguida. Sendo endógeno à prática, o objecto é-lhe sempre adequado. Como a inadequação mediata de uma prática ao seu objecto é sinónimo da inauguração de um processo de selecção de uma nova dominante, um objecto define-se sempre como o objecto adequado da prática. A verdade não se refere também à adequação da prática ao seu sujeito. Sujeito da prática e prática identificam-se, o que é outro modo de definir a prática como prática institucionalizada. A verdade só pode referir-se à adequação da esfera da ideologia à esfera da prática.

A ideologia é inelutavelmente adequada à prática. Expressão directa ou inversa de práticas em relação e desprovida de qualquer acção de retorno sobre a esfera das instituições, a ideologia define-se por isso como sempre verdadeira. A inelutabilidade da adequação da ideologia à prática define-se como inelutabilidade da verdade da ideologia. E a formação ideológica individual, sendo a representação da unidade do eu, é por isso tautológica e o eu afirma-se sempre como verdadeiro.

Não há ideologia não-verdadeira. A ideologia não-verdadeira é a dos outros, para mim.

61. A verdade é parcelar. Se a verdade é a expressão da prática, se a contraditoriedade da prática implica a existência em relação de mais de uma prática e, por isso, se não existe nenhuma instituição em que a totalidade da prática tenha uma existência sincrética — então não existe unicidade na ideologia. As formas ideológicas e as formações ideológicas, enquanto verdadeiras, são parcelares.

Nas formações ideológicas individuais a verdade, sendo a verdade da unidade do eu, representa-se como única. Essa verdade do discurso individual não se refere, porém, a qualquer institucionalidade própria e una; na unidade da formação ideo-

lógica individual representa-se a fragmentação prática do percurso. Por isso a verdade do eu é também verdade parcelar.

62. A prática é a permanente produção de novas práticas. A prática de exploração produz-se, reproduzindo-se. Entendo por prática de exploração aquela que constitui a sociedade: a prática da(s) classe(s) exploradora(s) é uma prática de exploração; e a prática da classe explorada é-o quando em situação de sociedade. Todas as expressões ideológicas das práticas de exploração consistem na representação da ideologia como uma continuidade causal. Nas sucessivas expressões de cada momento da reprodução da prática de exploração, essa reprodução representa-se pela atribuição às expressões ideológicas de uma fictícia continuidade na sua esfera própria; cada uma dessas expressões não é referida ao momento prático que exprime, nem a sua articulação é referida à relação prática que exprime, mas representam-se como uma ideologia que se auto-gera. Desta concepção de uma causalidade no âmbito intra-ideológico decorre a concepção de uma acção causal directa da ideologia sobre a natureza: A transferência do processo causal da esfera das instituições para a da ideologia constitui uma eliminação ideológica da esfera das instituições e, portanto, da prática enquanto relação; consequentemente, desarticulada a relação prática, o objecto é remetido a um estatuto de exogeneidade, transformado em coisa; e, enquanto coisa, é tomado idêntico aos componentes da natureza, aos quais é assimilado. A prática de exploração é assim ideologicamente naturalizada e a sustentação de todas as práticas pela prática da classe explorada representa-se como a sua sustentação pela natureza. A verdade da exploração é representada como uma verdade natural e, portanto, eterna. A expressão estética da prática e dos seus produtos é, nessa anulação ideológica da prática, convertida em coisa e simultaneamente tomada como objecto exógeno da pretensa acção causal da ideologia. E assim se completa

o círculo da verdade naturalizada, pois esta apresenta então como demonstração da sua pretensa adequação directa à natureza a sua correspondência às expressões estéticas, que não são senão formas ideológicas.

Quando um percurso atravessa preferencialmente práticas de exploração as formações ideológicas individuais representam-se naturalizadamente e a verdade do eu representa-se então como uma verdade natural.

63. A prática de não-exploração é a prática da classe não-exploradora na ruptura da sociedade. Neste movimento essa prática produz-se, não se reproduzindo, mas eliminando-se, enquanto elimina as práticas em que se constitui a sociedade. A expressão ideológica desta produção enquanto não-reprodução consiste na referência de cada forma e formação ideológica às relações práticas. Esta referência da ideologia à prática é expressa como relatividade da ideologia; e, nos discursos individuais correspondentes a percursos que atravessem preferencialmente práticas de não-exploração, o desejo é substituído pela consciência da determinação. Sendo essa prática uma prática de não-reprodução, a ideologia que a exprime está em permanente transformação; a ideologia é então uma auto-crítica. Para a prática de não-exploração a ideologia é verdadeira enquanto ideologia daquela prática; a verdade é uma verdade prática.

Tudo o que aqui escrevi é verdade, porque é a verdade de mim próprio.

Fevereiro de 1978 — Setembro de 1989.

ÍNDICE

V. AS FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS

VI. OS INDIVÍDUOS

VII. A PROBABILIDADE

VIII. A VERDADE

COLECÇÃO
HISTÓRIAS & IDEIAS

Volumes publicados:

1. *Um Discurso sobre as Ciências*, Boaventura de Sousa Santos, 1987, 4.ª edição
2. *Antropologia, História e Diferença*, Robert Rowland, 1987
3. *Da Escola sem Sentido à Escola dos Sentidos*, António Torrado, 1988
4. *Sociologia e História*, Peter Burke, 1991
5. *Dialéctica da Prática e da Ideologia*, João Bernardo, 1991